



23 DE AGOSTO DE 2016

Terça-feira

- VOLKSWAGEN ENCERRA DISPUTA COM FORNECEDORES APÓS NEGOCIAÇÕES
- TOYOTA INAUGURA NO PAÍS O 1º CENTRO DE PESQUISA DA EMPRESA NA AMÉRICA LATINA
- EMBRAER INICIA PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA EM SUAS FÁBRICAS NO BRASIL
- RETRAÇÃO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PERSISTE, MAS HÁ MENOS PESSIMISMO, DIZ CNI
- NOVO PACOTE FISCAL DO GOVERNO AFETA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA PARANAENSE
- CONTRARIADOS, DEPUTADOS ALIADOS FORÇAM BETO RICHA A FATIAR "PACOTACO"
- EVENTO DISCUTE O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL POR MEIO DA ENGENHARIA
- BALANÇA REGISTRA SUPERÁVIT DE US\$ 541 MILHÕES NA 3ª SEMANA DE AGOSTO
- HÁ GRANDE INTERESSE DE INVESTIDORES PELO BRASIL, AFIRMA DIRETOR DO ITAÚ BBA
- ABIMAQ PROPÕE EM 'AGENDA EMERGENCIAL' REFINANCIAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS
- FORÇA SINDICAL É CONDENADA A DEVOLVER VERBA DE R\$ 1,6 MILHÃO DE PROJETO
- PRODUÇÃO LOCAL TERÁ RETOMADA LENTA
- INDÚSTRIA DE CAMINHÕES VOLTA A PENSAR EM CRESCIMENTO
- SETOR AUTOMOTIVO TEM MUDANÇA À VISTA
- MAN LA CONFIRMA NOVA LINHA DE LEVES PARA 2017
- O FUNDO DO POÇO PARECE QUE CHEGOU
- MONTADORAS: 2017 AINDA NÃO É O ANO DA VIRADA
- TERMOMECANICA APRESENTA PRODUTOS DA LINHA PREMIUM NA FENASUCRO
- SCHMERSAL INOVA E APRESENTA PRODUTO INÉDITO PARA BLOQUEIO DE SEGURANÇA EM MÁQUINAS COM PORTAS PESADAS
- EXPORTAÇÕES DE VEÍCULOS PODEM SOFRER SE REAL AMPLIAR RALI, DIZ ANFAVEA
- CARF MUDA VISÃO SOBRE CAUSAS PREVIDENCIÁRIAS
- PRÉVIA DA CONFIANÇA DA INDÚSTRIA INTERROMPE ALTAS E CAI EM AGOSTO, DIZ FGV

- CONSUMIDORES ESPERAM INFLAÇÃO DE 9,8% NOS PRÓXIMOS 12 MESES
- PREÇO DA ENERGIA SOBE E ANIMA GERADORAS
- CONFIRMADO O ADIAMENTO DO eSOCIAL - VEJA OS IMPACTOS PARA EMPRESAS
- PETER SCHAEFER É O NOVO DIRETOR DE QUALIDADE ASSEGURADA DA VOLKSWAGEN DO BRASIL
- GASOLINA FICA MAIS BARATA E FAZ INFLAÇÃO SEMANAL DESACELERAR
- UM TERÇO DAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS FICA ABAIXO DA INFLAÇÃO
- CSN DEVE LEVANTAR US\$ 100 MILHÕES COM VENDA DE FÁBRICA DE LATAS
- TST DISCUTIRÁ DISSÍDIO COLETIVO EM DEMISSÃO EM MASSA
- GRANDES EMPRESAS FAZEM PROGRAMAS PRÓPRIOS PARA GARANTIR INOVAÇÃO
- TRABALHADORES INFORMAIS CHEGAM A 10 MILHÕES NO PAÍS
- REGRAS DO SEGURO-DESEMPREGO: MUDANÇA CERTA NA HORA ERRADA?
- BALANÇA COMERCIAL ACUMULA SUPERÁVIT DE R\$ 31 BILHÕES NO ANO
- EDITORIAL: A INDÚSTRIA E A LIÇÃO DOS ERROS
- 6 OBSTÁCULOS QUE OS EMPRESÁRIOS ENFRENTAM NA HORA DE EXPORTAR

CÂMBIO		
EM 23/08/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,220	3,220
Euro	3,640	3,642

Fonte: BACEN

Volkswagen encerra disputa com fornecedores após negociações

23/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Volkswagen e dois de seus fornecedores encerraram uma disputa contratual nesta terça-feira (23) que atingiu a produção de mais da metade das fábricas do grupo automotivo na Alemanha e ameaçava afetar sua recuperação do recente escândalo de fraude em testes de emissões de poluentes.

Depois de mais de 20 horas de negociações, a Volkswagen informou que acertou suas diferenças com a CarTrim, que produz bancos, e a ES Automobilguss, que produz componentes para câmbios. A empresa não deu detalhes, mas os fornecedores confirmaram o acordo.

Os fornecedores buscavam compensação de dezenas de milhões de euros em receita perdida depois que a Volkswagen cancelou um contrato.

A disputa afetou cerca de 28 mil trabalhadores em seis das 10 fábricas do grupo na Alemanha, chegando a interromper a produção dos modelos mais vendidos da Volkswagen, Golf e Passat. A briga também afetou a produção de motores, transmissões e sistemas de emissões.

A Volkswagen informou que os fornecedores concordaram em retomar as entregas dos componentes e que as fábricas atingidas pela disputa retomariam a produção gradualmente.

Analistas do UBS estimaram que uma semana de interrupção na sede da Volkswagen em Wolfsburg vai resultar em cerca de € 100 milhões em lucro bruto perdido e pode ter efeitos sobre outros fornecedores.

Toyota inaugura no País o 1º centro de pesquisa da empresa na América Latina

23/08/2016 – Fonte: Tribuna Online

A Toyota inaugurou na segunda-feira, 22, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, o primeiro Centro de Pesquisa Aplicada da marca na América Latina e o quarto no mundo fora do Japão. Só há estruturas desse tipo nos Estados Unidos, Europa e Tailândia.

Com o centro, que recebeu investimento de R\$ 46 milhões, a filial brasileira poderá, inicialmente, realizar, sem depender da matriz japonesa, modificações nos carros fabricados no País (o chamado face-lift), criar edições especiais e avaliar novos materiais e a capacidade técnica dos fornecedores de peças.

“No futuro também poderemos desenvolver os carros para a região”, diz o presidente da Toyota para a América Latina e Caribe, Steve St. Angelo. Hoje, a maioria dos veículos da Toyota é criada no Japão e, com a alta demanda, muitas vezes há “fila de espera” para projetos voltados a outras regiões.

O primeiro trabalho do centro já está no mercado, o Etios Platinum, com mudanças visuais nas partes dianteira e traseira, foi lançado no início do mês. Segundo o presidente da Toyota do Brasil, Koji Kondo, as atividades do centro incluem também melhorias nos modelos locais, teste de emissões, análise de matérias-primas e desenvolvimento de acessórios.

“É um grande passo para alcançarmos autossuficiência e para cumprir as regras do Inovar Auto”, afirma Kondo, referindo-se ao programa automotivo que incentiva o desenvolvimento de motores mais eficientes e menos poluentes.

A primeira fábrica do grupo no Brasil, inaugurada em 1962 e que hoje produz componentes e abriga a sede administrativa da empresa, foi escolhida para receber o projeto, que reúne áreas de engenharia, regulamentação veicular, qualidade e design.

É o terceiro projeto que a unidade do ABC paulista – que por vários anos produziu o jipe Bandeirante -, recebe após o início do programa chamado de “revitalização da fábrica do ABC”. O primeiro, em 2014, foi a ampliação da área de forjaria (que faz

peças para exportação) e o segundo a transferência da sede administrativa de São Paulo. Ao todo, foram gastos até agora nesse programa R\$ 65 milhões.

“Sabemos que a economia passa por grandes dificuldades e investir numa hora dessas é um ato de coragem que só pode ser tomado por quem realmente acredita no País”, diz Percival Maiente, vice-presidente corporativo da Toyota do Brasil.

Em cerimônia que reuniu executivos do grupo, autoridades do Estado e do município, dirigentes sindicais e trabalhadores de todas as unidades da montadora no País, a Toyota também lançou na segunda-feira, 22, o projeto global “5 Continents Drive”.

Consiste em promover uma caravana por seis países da América Latina, comandada por 30 engenheiros, com os modelos da marca vendidos na região. O objetivo é testar os carros em diferentes condições de rodagem. Os dados colhidos serão base para o aperfeiçoamento dos modelos. Testes similares já foram feitos na Austrália e na América do Norte.

Otimismo. A cerimônia foi marcada por discursos elogiosos à organização e às vitórias do Brasil na Olimpíada do Rio. St. Angelo diz acreditar que o evento esportivo terá boas influências entre os investidores externos a voltarem a acreditar no Brasil.

Entusiasmado e brincalhão, diz que o País precisa falar de coisas boas e parar de falar de coisas ruins. “Declaro que, desde sábado, com a vitória do futebol brasileiro, a recessão acabou”.

Enquanto o mercado total registra queda de 24% nas vendas de veículos de janeiro a julho, a Toyota caiu apenas 0,9% em relação a 2015. Até o fim do ano, espera vender 180 mil unidades, 2% acima do ano anterior. St. Angelo ressalta, contudo, que o grupo opera no prejuízo.

Embraer inicia Plano de Demissão Voluntária em suas fábricas no Brasil

23/08/2016 – Fonte: G1

A Embraer inicia nesta terça-feira (23) um Plano de Demissão Voluntária para as cinco unidades da empresa no Brasil. A fabricante de aeronaves não informou o número de desligamentos previstos, mas a ação faz parte de um conjunto de ações para reduzir em cerca de U\$ 200 milhões ao ano as despesas da companhia.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos é contra o PDV e mobiliza os trabalhadores para evitar demissões. Os representantes da categoria pedem que a Embraer pare a desnacionalização de setores.

A entidade marcou para esta sexta-feira (26) uma audiência pública na Câmara Municipal para discutir o PDV na Embraer. Além dos trabalhadores, foram convidados representantes da empresa e o prefeito Carlinhos Almeida (PT). Foram convocadas ainda reuniões com o Ministério do Trabalho e Emprego e a entidade informou ainda que busca o apoio do governo estadual contra a medida.

A empresa é uma das maiores empregadoras de São José dos Campos, com cerca de 13 mil trabalhadores. Nas fábricas e subsidiárias, como a Eleb, que mantém no Brasil e no exterior são cerca 19 mil empregados - mais de 90% deles atuam no Brasil nas unidades de São José, Taubaté, Sorocaba, Botucatu e Gavião Peixoto - todas em São Paulo.

A Embraer tem ainda uma unidade na Flórida (EUA). O PDV não será aberto aos trabalhadores desta unidade.

Pacote

De acordo com a empresa, o pacote oferece, além do pagamento rescisório, indenização de 40% do salário nominal proporcional ao tempo de empresa, direito a seis meses de plano de saúde e odontológico, e apoio em programas de palestras e workshops de qualificação.

Podem aderir ao plano funcionários de todos os níveis hierárquicos das unidades da Embraer do Brasil. A medida fica aberta até o dia 14 de setembro e os desligamentos estão previstos para a primeira semana de outubro.

Crise

No último trimestre, a Embraer sofreu prejuízo de R\$ 337,3 milhões, revertendo resultado positivo, de R\$ 399,6 milhões obtido no mesmo período do ano passado. A companhia também cortou estimativas para entregas de aviões executivos e comerciais.

Com isso, a projeção de receitas líquidas neste ano teve queda para o intervalo de US\$ 1,6 bilhão a US\$ 1,75 bilhão ante previsão anterior de US\$ 1,75 bilhão a US\$ 1,9 bilhão. Nos últimos seis meses, o consumo de caixa da companhia foi de US\$ 600 milhões.

No pacote de medidas contra a crise, a Embraer anunciou a revisão do plano anual para os próximos anos em que prevê readequação da estrutura administrativa e operacional e redução de custos em todas as unidades da empresa no mundo.

Retração na indústria da construção persiste, mas há menos pessimismo, diz CNI

23/08/2016 – Fonte: Tribuna do Paraná

A indústria da construção continua operando abaixo do usual, mas o ritmo de queda da atividade do setor vem desacelerando desde janeiro. É o que mostra a Sondagem Indústria da Construção de julho, divulgada na segunda-feira, 22, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No mês passado, o índice de evolução do nível de atividade ficou em 42,3 pontos, após ter registrado 41,2 pontos em junho e 40,1 pontos em maio. Já o índice do número de empregados alcançou 39,7 pontos no mês passado, com alta de 1,6 ponto na passagem de junho para julho.

“O indicador de nível de atividade mantém tendência de alta desde janeiro”, aponta a pesquisa. Mesmo com o aumento em julho, os indicadores permanecem abaixo dos 50 pontos, o que representa queda no nível de atividade e do número de empregados do setor, observa o estudo. Os indicadores da pesquisa variam de zero a cem. Resultados abaixo de 50 indicam retração.

De acordo com a sondagem, a utilização de capacidade de operação do setor aumentou de 56% em junho para 57% em julho. “Isso significa que 43% das máquinas e equipamentos do setor estão paradas”, destaca a CNI.

Confiança

Quanto à confiança dos empresários, a sondagem da CNI revela menos pessimismo no setor. Todos os indicadores de expectativas para os próximos seis meses apresentaram alta, uma tendência observada desde abril, segundo o estudo. “Os indicadores de expectativas sugerem um cenário menos adverso para os próximos meses”, diz o levantamento.

O índice de expectativa de nível de atividade subiu de 44,6 pontos para 46,1 pontos, o de novos empreendimentos e serviços subiu para de 41,4 para 44,8 pontos, o de

número de empregados aumentou de 42 para 43,5 pontos e o de compra de matérias-primas passou de 42,7 para 44,3 pontos.

Mesmo apresentando melhora na confiança, a disposição dos empresários para investir ainda é muito baixa. O índice de intenção de investimento do setor está em 26,8 pontos, apenas.

A edição de julho da Sondagem Indústria da Construção foi realizada entre os dias 1º e 11 de agosto com 618 empresas, das quais 192 pequenas, 284 médias e 142 de grande porte.

Novo pacote fiscal do governo afeta competitividade da indústria paranaense

23/08/2016 – Fonte: Agência FIEP

Fiep afirma que propostas apresentadas nesta semana resultarão em aumento custos para o setor produtivo, atingindo também o consumidor final



O novo pacote fiscal anunciado nesta semana pelo governo do Estado vai causar fortes impactos e afetar ainda mais a competitividade da indústria paranaense, que atravessa uma das piores crises das últimas décadas.

A opinião é do presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, que aponta como prejudicial especialmente a proposta que pretende estabelecer a cobrança de taxas para as empresas que são usuárias de recursos hídricos e minerais.

“Uma medida como essa onera ainda mais o setor produtivo paranaense, que perderá competitividade em relação a outros estados justamente em um momento em que principalmente as indústrias já enfrentam imensas dificuldades para manter suas atividades”, afirma Campagnolo. “As empresas não têm condições de absorver mais um aumento em seus custos e terão que repassá-lo ao consumidor final, penalizando toda a população”, acrescenta.

O presidente da Fiep explica que a entidade, por meio do Conselho Temático de Assuntos Tributários e do Conselho Setorial da Indústria Mineral, criou grupos de trabalho que estão analisando em profundidade o projeto de lei apresentado pelo governo e os impactos que causará sobre a indústria. Levantamentos preliminares indicam que, somente no caso da taxa sobre o uso de recursos hídricos, os custos para algumas empresas podem subir mais de 60 vezes.

Hoje, a cobrança já é aplicada a indústrias instaladas na área de abrangência do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira (Coaliar), que atinge Curitiba e outros 19 municípios da região.

Porém, enquanto atualmente essas empresas pagam entre R\$ 0,01 e R\$ 0,02 por metro cúbico de água captado, caso o projeto seja aprovado o valor passará para aproximadamente R\$ 0,62 por metro cúbico – o equivalente a 0,7% da Unidade Padrão Fiscal paranaense, que tem o valor de R\$ 88. Segundo dados do Coaliar referentes a

2014, o volume captado pelas empresas apenas nessas duas bacias chegou a quase 50 milhões de metros cúbicos naquele ano.

Já em relação à taxa sobre o uso de minérios, o coordenador do Conselho Setorial da Indústria Mineral, Cláudio Grochowicz, explica que cobranças similares existem em outros estados, mas incidindo sobre minerais metálicos e ferrosos, que possuem um valor agregado no mínimo dez vezes superior aos minerais lavrados no Paraná.

“Nossos minerais, como areia, pedra brita e cal, entre outros, são vitais para obras civis e de infraestrutura, mas têm baixo valor agregado. Da forma como o governo está propondo a cobrança, a taxa pode representar de 8% a 30% do valor desses minérios, encarecendo as obras em nosso Estado”, afirma.

Além disso, tanto no caso dos recursos hídricos quanto no dos minérios, a Fiep analisa a constitucionalidade da medida, já que ao legislar sobre essas áreas, haveria uma usurpação, por parte do governo estadual, de uma competência atribuída com exclusividade à União.

Essas e outras questões integrarão um relatório que a entidade pretende apresentar na próxima segunda-feira (22), em audiência pública que será realizada na Assembleia Legislativa, a partir das 10h30.

“A Assembleia, como legítima representante dos cidadãos, precisa ter uma atuação efetiva nessa discussão. Ela não pode votar um projeto como este sem analisar todos os impactos que as medidas causarão à sociedade, por isso vamos apresentar esse subsídio aos deputados”, afirma Edson Campagnolo.

Contrariados, deputados aliados forçam Beto Richa a fatiar “pacotão”

23/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Apenas uma semana depois de encaminhar à Assembleia Legislativa do Paraná um novo pacote de ajuste fiscal, o governo do estado cedeu à pressão dos deputados da base aliada e decidiu fatiar o projeto.

Com 153 artigos e abordando assuntos dos mais variados num único texto, a proposta encontra resistência dentro da bancada governista, já esquentada com o desgaste de ajustes fiscais anteriores. Paralelamente, a Ordem dos Advogados do Brasil no estado classificou o pacote como inconstitucional.

Tramitando em regime de urgência conforme solicitação do governador Beto Richa (PSDB), a proposta tem como objetivo levantar recursos para aumentar a capacidade de investimentos do governo em 2017.

A principal medida libera o Executivo para vender ações com direito a voto de todas as empresas estatais, desde que o controle acionário seja mantido. Considerando somente a Copel e a Sanepar, por exemplo, a expectativa é arrecadar R\$ 2 bilhões.

O texto ainda permite ao governo vender imóveis de empresas públicas, sem necessidade de autorização prévia do Legislativo.

O dinheiro arrecadado com essas medidas deverá ser gasto com investimentos – o projeto não especifica quais são eles.

O ponto mais polêmico, porém, prevê a criação de uma taxa a ser cobrada de grandes empresas que são usuárias de água não tratada e de recursos minerais, permitindo uma arrecadação anual extra de R\$ 100 milhões.

Segundo o Palácio Iguazu, a cobrança vai incidir apenas sobre a energia vendida para outros estados, numa forma, inclusive, de beneficiar as empresas paranaenses, que pagarão menos que as de fora.

Recuo

Essa e outras justificativas dadas pela equipe de Richa, porém, não convenceram totalmente a base aliada. No fim da tarde dessa segunda-feira (22), em reunião na Assembleia, o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, e o líder do governo na Casa, Luiz Claudio Romanelli (PSB), concordaram em separar o projeto em quatro propostas diferentes – mudanças no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais; novas taxas; venda de ações; demais dispositivos. O parecer já será apresentado pelo parlamentar na sessão desta terça (23) da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“Para que não se crie uma polêmica desnecessária, optamos pelo fatiamento do projeto. Com isso, cada proposta tratará de temas exclusivos”, afirmou Romanelli.

Segundo ele, apesar da mudança, a intenção é aprovar tudo até o dia 30 de setembro, para que possa valer em janeiro em respeito à regra da noventa – período de 90 dias para entrada em vigor de algumas medidas.

A contrariedade dentro da bancada governista, entretanto, não está totalmente resolvida. A pressa em aprovar as medidas é vista como problemática por impedir uma discussão maior de todo o pacote e ainda pode respingar negativamente em aliados nas eleições municipais de outubro.

“O fatiamento já é um avanço, mas é só uma primeira vitória. A próxima rodada é discutir o tempo em que vamos votar isso tudo”, afirma um deputado da base aliada. “Qual o problema de essas taxas valerem em fevereiro em vez de janeiro? Além disso, não nos provaram que o consumidor final não será afetado com isso. Ninguém está mais disposto a botar a cabeça na guilhotina.”

Por telefone, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, defendeu que o “ideal seria que o projeto fosse votado da forma como foi encaminhado, apenas com as contribuições que os parlamentares possam vir a ter para melhorá-lo”.

Fiep diz que empresas repassarão aumento de custos à população

Em audiência pública para debater o “pacoteço” fiscal na Assembleia Legislativa, na manhã dessa segunda-feira (22), o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, afirmou que o projeto vai causar fortes impactos na competitividade do setor produtivo do estado.

Citando especificamente as novas taxas cobradas de grandes empresas usuárias de água não tratada e de recursos minerais, ele disse que as empresas não terão condições de absorver esse aumento de custos e, portanto, serão obrigadas a repassá-lo ao consumidor final.

Segundo a entidade, a cobrança sobre o uso de recursos hídricos, por exemplo, já ocorre na área de abrangência do Comitê das Bacias do Alto Iguazu e Afluentes do Alto Ribeira, que abrange Curitiba e outros 19 municípios da região. Caso o projeto seja aprovado, a Fiep calcula que os atuais R\$ 0,01 ou R\$ 0,02 pagos por metro cúbico de água captado passarão para R\$ 0,62.

“A Assembleia, como legítima representante dos cidadãos, precisa ter uma atuação efetiva nessa discussão. Ela não pode votar um projeto como esse sem analisar todos os impactos que as medidas causarão à sociedade”, afirmou Campagnolo.

Exaltado, o presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), rebateu as declarações: “eu lamento o episódio até porque fomos xingados aqui. Mas isso não me preocupa. Porque enquanto eu for o presidente, me perdoe o presidente da Fiep, aqui nós mandamos, ele que mande na Casa dele”.

Evento discute o desenvolvimento do Brasil por meio da engenharia

23/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A 73ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (Soea) reunirá cerca de 4 mil pessoas em Foz do Iguaçu (PR) para discutir o cenário nacional e realidades locais dessas áreas de atuação.

O evento acontecerá de 29 de agosto a 1º de setembro, em conjunto com a terceira edição do Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia (Contecc). Na sequência, será realizado o 9º Congresso Nacional de Profissionais (CNP), nos dias 2 e 3 de setembro.

Norteados pelo tema “A engenharia a favor do Brasil: mudanças e oportunidades”, os participantes discutirão caminhos para inovações e a aplicação de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do país.

“A engenharia é uma aliada de qualquer nação que progride e que garante qualidade de vida para sua população. Precisamos enxergar a área como prioridade”, defende o presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), José Tadeu Silva.

Ideias inovadoras

Durante a 73ª Soea também serão apresentados os projetos vencedores do 1º Prêmio Mútua de Empreendedorismo, criado para incentivar processos, produtos e serviços inovadores.

Idealizada em parceria com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), a iniciativa contempla desde estudantes de nível médio até profissionais pós-graduados.

As três melhores propostas serão direcionadas a instituições de fomento – parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras – para oportunizar apoio em futuros negócios.

“A premiação integra nosso objetivo de impulsionar o empreendedorismo. Juntos, conseguimos extrair soluções que só são possíveis com a engrenagem da área tecnológica em primeiro plano”, destaca o presidente da Mútua, Paulo Guimarães.

Além do Confea, outra entidade responsável pela Semana é a Mútua (Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea), tendo como anfitrião o Conselho Regional de

Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR). "Reunir profissionais em um ano de crise é fundamental para a união entre entidades de classe, instituições de ensino, profissionais e empresas. Queremos apresentar projetos e soluções para o Brasil retomar seu crescimento", analisa o presidente do Crea-PR, Joel Krüger.

A programação, concentrada no Rafain Palace Hotel & Convention, em Foz do Iguaçu, contará com atividades como palestras, fóruns e debates conduzidos pelos principais especialistas do setor.

Serão abordados os seguintes eixos complementares ao tópico central: desafios e estratégias para inserção dos profissionais; manutenção e conservação de obras e equipamentos de engenharia; mobilidade internacional; transformações e avanços necessários ao sistema profissional; e planejamento de infraestrutura.

Paraná

Com mais de 70 mil profissionais registrados nos campos de engenharia e agronomia, o Paraná recebe a Soea pela sexta vez. O Estado apresenta indicadores econômicos que resultam de características como o cooperativismo, o incentivo à agricultura familiar e a geração de energia. Foz do Iguaçu, classificada como um dos dez maiores municípios paranaenses, desempenha um papel essencial nesse panorama.

Segundo o Iguassu Convention & Visitors Bureau (ICBV), a escolha da cidade foi motivada por fatores como a qualidade da rede hoteleira, a capacidade de receber grandes eventos e as belezas naturais. Famosa pelas Cataratas do Iguaçu e pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, a cidade também se destaca pela ausência de tráfego pesado, o que facilita os deslocamentos.

73ª Soea e 9º CNP

Data: de 29 de agosto a 1º de setembro; e 2 e 3 de setembro

Local: Rafain Palace Hotel & Convention

Endereço: Av. Olímpio Rafagnin, 2357, Parque Imperatriz, Foz do Iguaçu – PR

Inscrições e mais informações: <http://www.soea.org.br/>

Balança registra superávit de US\$ 541 milhões na 3ª semana de agosto

23/08/2016 – Fonte: Tribuna do Paraná

A balança comercial brasileira anotou um superávit de US\$ 541 milhões na terceira semana de agosto, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 22, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Entre os dias 15 e 21 deste mês, as exportações somaram US\$ 3,557 bilhões e as importações totalizaram US\$ 3,016 bilhões. No acumulado do mês até agora, o saldo é positivo em US\$ 2,862 bilhões, resultado de vendas de US\$ 11,496 bilhões e compras de US\$ 8,634 bilhões.

Com a forte e contínua queda nas importações em 2016, o superávit comercial no ano até a terceira semana de agosto é de US\$ 31,092 bilhões. Desde janeiro, os embarques somam US\$ 118,081 bilhões enquanto o total importado é de US\$ 86,989 bilhões.

A média diária de exportações na terceira semana de agosto foi de US\$ 711,4 milhões, um volume 10,4% menor do que o que vinha sendo registrado na média das duas primeiras semanas do mês (US\$ 793,9 milhões).

De acordo com o MDIC, a variação se deve à queda de 29,6% nas vendas de produtos semimanufaturados (principalmente açúcar em bruto, celulose, ouro em forma semimanufaturada, ferro-ligas, couros e peles); à redução de 8,9% nos embarques de produtos básicos (sobretudo soja em grãos, petróleo em bruto, farelo de soja, carne

de frango e bovina, minério de cobre), e à retração de 5,2% nas exportações de manufaturados (com destaque para automóveis de passageiros, aviões, açúcar refinado, polímeros plásticos, máquinas e aparelhos para terraplenagem, óxidos e hidróxidos de alumínio).

Pelo lado das importações, a média diária de compras de bens do exterior ficou em US\$ 603,2 milhões na terceira semana de agosto, o que representa uma alta de 7,4% em relação à média diária nos primeiros 14 dias do mês (US\$ 561,7 milhões).

O MDIC informou que os maiores incrementos ocorreram nos gastos com combustíveis e lubrificantes, equipamentos elétricos e eletrônicos, veículos automóveis, plásticos e obras e farmacêuticos.

Já na comparação com agosto do ano passado, as exportações nas três primeiras semanas do mês apresentam um avanço de 3,9% na média diária. Em manufaturados, há uma alta de 9,7% por conta de açúcar em bruto, ouro em forma semimanufaturada, alumínio em bruto, madeira serrada ou fendida, ferro fundido e ferro-ligas.

Nos manufaturados, o acréscimo é de 7,3%, com destaque para veículos de carga, açúcar refinado, máquinas e aparelhos para terraplenagem, aviões e motores e geradores elétricos.

Por outro lado, há uma pequena queda de 0,3% nas vendas de produtos básicos em relação a agosto de 2015, principalmente em soja em grão, carne bovina e de frango, café em grão, milho em grão.

Nas importações, a média diária de agosto deste ano está 5,5% inferior registrado no mesmo mês do ano passado. Nessa comparação, caíram principalmente os gastos com produtos siderúrgicos (-33,9%), veículos automóveis e partes (-31,2%), equipamentos mecânicos (-19,8%), instrumentos de ótica e precisão (-6,4%) e plásticos e obras (-5,2%).

Há grande interesse de investidores pelo Brasil, afirma diretor do Itaú BBA

23/08/2016 – Fonte: Tribuna do Paraná

O interesse dos investidores no Brasil está bastante forte e deverá continuar dessa forma nos próximos seis a 12 meses, disse o diretor executivo responsável por Corporate e de Banco de Investimento do Itaú BBA, Christian Egan. Segundo ele, das fusões e aquisições (M&A, na sigla e inglês) cerca de 50% das operações foram "cross border", ou seja, com estrangeiros investindo no Brasil.

"Apesar da situação econômica e os desafios no Brasil, o capital estrangeiro está vendo oportunidades no País", disse o diretor nesta segunda-feira, 22, em almoço com a imprensa. O executivo afirmou ainda que os investidores estão aproveitando eventos de liquidez no mercado para recompor seus portfólios.

O Itaú BBA espera que o segundo semestre seja ativo para o mercado de renda variável, estimando de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões em operações de oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) e ofertas subsequentes (follow on) com participação da instituição.

"Fomos surpreendidos com fluxo de investidores estrangeiros para mercados emergentes superior ao esperado", disse Egan. Segundo ele, o mercado vai surpreender nos próximos seis a 12 meses, com empresas mais preparadas para utilizar o mercado de ações, assim como os estrangeiros entendendo ser esta uma opção para investimento.

Egan citou ainda que algumas companhias, tendo em vista o alto custo e baixa oferta de recursos no mercado de dívida, buscarão substituir esse funding pela bolsa.

O diretor espera que essa melhora no mercado de equity somada à atividade no mercado de fusões e aquisições se reflita nas receitas com *fee* (taxa) do banco.

“De maio para frente deste ano vimos boa melhora em *fee*, especialmente em junho e julho, e acreditamos que o Pipeline (carteira) no próximos quatro a 12 meses será saudável e estamos projetando uma melhora em relação a 2015”, destacou.

Neste ano, o mercado brasileiro foi palco de algumas operações de ofertas subsequentes, como de CVC e Energisa, mas nenhuma abertura de capital. O último IPO no Brasil ocorreu em junho do ano passado.

Mercado de dívida

Novos nomes devem surgir no mercado de dívida externa a partir de setembro, afirmou o diretor de Renda Fixa e Project Finance do Itaú BBA, Felipe Wilberg. Nesse grupo, de acordo com ele, estarão empresas que se financiavam no mercado local, junto a bancos comerciais e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“No começo de setembro veremos novas captações no mercado de dívida externo, possivelmente incluindo novos nomes, que não são tradicionais e que se financiavam no mercado local, com bancos e BNDES”, afirmou. Segundo ele, esses investidores estão em busca de prazo mais longo, como alternativa.

De acordo com Wilberg, as operações de emissão de dívida de empresas no exterior devem alcançar até 30 anos, dependendo do nome, aproveitando o ambiente global de juro baixo e forte apetite dos investidores por retorno.

“O Brasil está melhorando muito no relativo, dado os efeitos internacionais”, acrescentou, citando o fato de que o contrato de proteção de calote do Brasil, o Credit Default Swap, está em níveis não vistos há mais de um ano.

De toda forma, Wilberg afirmou ainda que os investidores institucionais estão mais confortáveis com títulos de crédito do Brasil.

Abimaq propõe em 'agenda emergencial' refinanciamento de débitos fiscais

23/08/2016 – Fonte: Tribuna do Paraná

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) encaminhou ao governo federal uma proposta, batizada de “Conjuntura, Travessia e Retomada”, na qual defende uma agenda emergencial com medidas econômicas para reverter a crise do setor. A primeira sugestão é um programa de refinanciamento das dívidas fiscais, já que 65% das companhias, segundo a Abimaq, estão inadimplentes com a Receita.

O programa prevê carência de dois anos para o pagamento dos débitos fiscais, troca da correção de Selic pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 3% ao ano e ainda prazo de 20 anos para a amortização do passivo.

Além disso, segundo a Abimaq, haveria uma suspensão nos pagamentos desse refinanciamento caso a atividade do setor medida pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) recuasse por três meses consecutivos.

A agenda emergencial da Abimaq prevê a ampliação do pagamento de impostos em mais 90 dias ao setor de bens de capital, a criação de uma linha exclusiva para capital

de giro para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) com recursos dos depósitos compulsórios retidos, correção com juros de IPCA mais 3% ao ano, carência de 18 meses e ainda amortização em três anos. Seria ainda criado um fundo de seguro federal para cobrir até 70% das garantias exigidas nos refinanciamentos.

A proposta inclui também o controle cambial por meio de uma banda para levar o dólar a um patamar considerado competitivo para que a indústria ganhe mercado externo e ainda evite a volatilidade da moeda. "Hoje o câmbio para a indústria voltar a investir e exportar seria de R\$ 4.

O dólar seria definido por um Comitê de Política Cambial (COPOC), como acontece no Copom (para juros) ou no Conselho Monetário Nacional (CMN) para as regras de financiamentos, por exemplo", disse João Marchesan, presidente do conselho da Abimaq.

Segundo ele, outras medidas macroeconômicas e de política monetária teriam de ser tomadas, como a redução da taxa básica de juros, a adoção de uma política fiscal responsável e ainda a aprovação no Congresso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita os gastos públicos e ainda de uma reforma da Previdência.

Marchesan e representantes da Abimaq já encaminharam o projeto a ao menos seis ministros, entre eles o da Fazenda, Henrique Meirelles, e o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

A Abimaq estima que desde 2013 o faturamento do setor tenha encolhido de R\$ 120 bilhões, em valores atualizados, para entre R\$ 66 e R\$ 70 bilhões previstos de receita para este ano.

Só com impostos que deixaram de ser arrecadados pela perda de receita a entidade estima um total de R\$ 20 bilhões. Além disso, o setor calcula ter demitido 80 mil empregados nos últimos três anos e meio.

Força Sindical é condenada a devolver verba de R\$ 1,6 milhão de projeto

23/08/2016 – Fonte: Bem Paraná

O TCU (Tribunal de Contas da União) condenou a Força Sindical a devolver ao Ministério do Trabalho R\$ 1,6 milhão repassado à central para realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento de programas para auxiliar trabalhadores em São Paulo a obter emprego nos CAT (Centros de Apoio ao Trabalhador).

Faltou um voto para que o deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP), presidente da Força Sindical, também fosse condenado. Ele livrou-se assim de ser multado pelo TCU, de ser obrigado a devolver os recursos ao ministério e ainda de ficar impedido de disputar eleições.

Os recursos (R\$ 950 mil em valores de época) foram recebidos entre 2001 e 2002. Segundo o órgão de controle, não houve comprovação de que o dinheiro tenha sido usado nas finalidades previstas no convênio do ministério com a central.

"Verificou-se, ainda, que o software entregue [pela central], à época, continha base de dados vazia, ou seja, inservível para os propósitos do convênio", afirmou o ministro relator do processo, Marcos Bemquerer.

Seguindo o parecer dos técnicos do TCU, Bemquerer pediu que a Força Sindical, Paulinho e outro ex-dirigente da central, Ricardo Patah, devolvessem o dinheiro desviado em valores atualizados e fossem multados em até R\$ 50 mil cada. Patah hoje dirige outra central, a UGT (União Geral dos Trabalhadores).

Caso essa condenação fosse aplicada, Paulinho estaria na lista de inelegíveis pelas regras da Lei da Ficha Limpa. Há, no entanto, tentativas de mudança no entendimento da lei que podem evitar que condenados nos tribunais de contas fiquem inelegíveis.

REVISOR

Mas o ministro Bruno Dantas, apresentou voto revisor, contrário à multa e à devolução do dinheiro, apontando que as irregularidades mostradas pelas auditorias, que foram em parte realizadas pela CGU (Controladoria-Geral da União), órgão do governo, não eram suficientes para apontar danos ao erário.

Além disso, concluiu que os produtos eram aproveitáveis e não apontavam desvio dos recursos. "Não considero prudente afirmar genericamente que os documentos entregues para cada meta não atenderiam ao plano de trabalho", afirmou Dantas.

Três ministros se declararam impedidos ou não votaram no processo. Foram convocados substitutos, e quatro votaram com Bemquerer e quatro votaram com Bruno Dantas. O placar estava empatado, e o ministro André Luiz decidiu então votar com Bruno Dantas, mas pedindo uma alteração na proposta.

André Luiz concordou em livrar o deputado Paulinho e Patah da multa e da devolução do dinheiro. Mas manteve a condenação à Força Sindical, que terá que ressarcir o valor desviado, ou seja, R\$ 1,6 milhão em valores atualizados.

OUTRO LADO

A Força Sindical e o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) disseram que não fariam comentários sobre a decisão do Tribunal de Contas da União de condenar a central sindical a devolver recursos repassados pelo Ministério do Trabalho, argumentando que ainda não foram notificados sobre a decisão.

O presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, cuja conduta foi analisada no processo também, disse que deixou a Força Sindical há dez anos e que não estava "a par do julgamento final". "A execução do procedimento não era da minha responsabilidade. Fui surpreendido com o tema, mas segundo suas informações fui isentado", afirmou Patah.

Produção local terá retomada lenta

23/08/2016 – Fonte: Automotive Business



A indústria automobilística brasileira levará quatro anos para voltar à casa dos 2,4 milhões de unidades produzidas. A projeção é do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e foi divulgada no painel Perspectivas do Setor de Autopeças durante o Workshop Planejamento Automotivo 2017, realizado por Automotive Business na segunda-feira, 22, em São Paulo (SP). Em 2015, um ano já bastante ruim (23% abaixo de 2014), o País fabricou 2,43 milhões de unidades.

"Em 2017 a produção de veículos deve crescer 3%", estima o presidente da Freudenberg NOK e conselheiro do Sindipeças, George Rugitsky, indicando um total próximo a 2,17 milhões de unidades, sendo 1,8 milhão para automóveis.

Uma pequena alta está prevista já para o segundo semestre de 2016. O Sindipeças

revela projeção próxima a 1,1 milhão de unidades fabricadas de julho a dezembro e crescimento de 8% nas vendas diárias sobre a primeira metade do ano.

“Nossa previsão é bem mais conservadora que a da Anfavea”, ressalta Rugitsky. A associação das montadoras acredita em crescimento de 26% das vendas diárias na segunda metade do ano sobre a primeira. Sobre os emplacamentos, o Sindipeças estima que no segundo semestre vão superar 1 milhão de unidades, o que fará a média diária registrar alta de 6% sobre aquela anotada nos primeiros seis meses.

O conselheiro do Sindipeças recorda que as várias medidas que a indústria teve de adotar para reduzir a produção (férias coletivas, layoff e redução de turnos) conseguiram baixar os estoques para 37 dias na soma dos pátios de montadoras e concessionárias. “Mas ainda assim o número permanece acima dos 35 dias”, ressalta Rugitsky, referindo-se a um número aceitável.

Para o Sindipeças, entre os fatores que comprometem o crescimento das vendas há não só o desemprego, mas o rendimento médio dos trabalhadores, que vem recuando desde o início de 2015 e terminou o primeiro semestre de 2016 abaixo de R\$ 2 mil.

FATURAMENTO DAS AUTOPEÇAS E DÉFICIT NA BALANÇA COMERCIAL

George Rugitsky recorda que até o fim do ano as fabricantes de autopeças instaladas no Brasil devem registrar faturamento líquido nominal de R\$ 63 bilhões, anotando queda de 4,5% ante 2015. Para 2017 a previsão é de discreta alta de 2,7%, com R\$ 64,7 bilhões.

Os investimentos das fabricantes de componentes devem registrar no próximo ano R\$ 1,55 bilhão e pequena alta de 2,7% sobre o volume estimado para 2016: “A perspectiva de retomada lenta afasta investimentos. Muitas empresas que atuam aqui são de fora e veem inúmeras oportunidades de investir em outros mercados”, recorda o conselheiro do Sindipeças.

Apesar da desvalorização cambial, o Brasil continua importando mais do que exportando componentes e deve fechar 2016 com déficit próximo a US\$ 4 bilhões. E em US\$ 3,2 bilhões para 2017.

Em sua apresentação, o conselheiro do Sindipeças alertou para o crescimento da inadimplência da carteira de crédito de para compra de veículos leves. Esse índice se acentuou de novembro de 2015 até maio deste ano e mostra crescimento mais acentuado na concessão a pessoas jurídicas:

“A crise tem afetado a capacidade de pagamento das empresas”, recorda George Rugitsky. A concessão de crédito a empresas para compra de veículos até a metade do ano estava em R\$ 5,9 bilhões, bem abaixo do pico de R\$ 10,1 bilhões registrado em dezembro de 2014.

Indústria de caminhões volta a pensar em crescimento

23/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Em 2017 a indústria de caminhões voltará a celebrar crescimento nas vendas, com relação aos volumes deste ano. A base de comparação ficou mais baixa, é verdade, mas a possibilidade de estancamento na queda é real e foi opinião unânime dos

participantes do painel A Retomada dos Pesados do Workshop Planejamento Automotivo 2017, realizado por Automotive Business na segunda-feira, 22, em São Paulo.

Carlos Reis, diretor da Carcon Automotive, abriu a discussão com uma apresentação dos prognósticos da consultoria. Após enfrentar retração de 26% este ano, alcançando 53 mil unidades, as vendas de caminhões crescerão 17% no ano que vem, para cerca de 62 mil veículos. Os executivos, porém, estão mais otimistas:

“O crescimento no PIB, a possibilidade da implantação do programa de renovação de frota e o fim dos programas de financiamentos dos caminhões adquiridos por meio do PSI em 2011, ano recorde da indústria, nos fazem crer que podemos crescer 25%”, afirmou Luis Antonio Gambim, diretor comercial da DAF Caminhões.

Marco Borba, presidente da Iveco, mencionou expectativa de elevação de 10% a 15%; Ricardo Alouche, vice-presidente de vendas, marketing e pós-vendas da MAN, acredita em incremento de 20%; João Pimentel, diretor de operações da Ford Caminhões, falou em alta de 10% a 20%, com possibilidade de índices superiores; Roberto Leoncini, vice-presidente de vendas e marketing da Mercedes-Benz, e Bernardo Fedalto, diretor de vendas de caminhões da Volvo, preferiram não arriscar palpite, embora creiam no avanço do mercado.

“A reversão da curva de queda nas vendas já começou em julho, quando o mercado esboçou pequena reação. Ela seguirá branda nos próximos meses e deverá ficar mais forte a partir do ano que vem”, disse Alouche. “Assim que a economia der sinais positivos, clientes mais rentabilizados voltarão a comprar. Mas não haverá um boom”, previu Fedalto.

Uma das esperanças dos executivos é o lançamento do tão aguardado programa de renovação de frota, prometido pelo ministro Marcos Pereira, do novo Mdic, já para o ano que vem. “O programa nunca esteve tão maduro a ponto de ser lançado. O potencial de incremento nos volumes é grande”, afirmou o vice-presidente da MAN Latin America.

PREÇOS DEFASADOS

Um fator que pode jogar contra o crescimento em 2017, embora sem afetar a crença na alta nos volumes, é a necessidade de reajustar os preços dos caminhões, levantada por Leoncini.

Segundo o executivo, a Mercedes-Benz o fará em duas etapas: “Uma em outubro, outra em janeiro. Os preços estão nos níveis de 2009 e de lá para cá só a inflação acumulada passa de 30%, sem incluir outros custos como tecnologia e aumento real da mão-de-obra”.

Gambim e Alouche fizeram coro ao VP da Mercedes-Benz sem dar detalhes dos planos de suas empresas. De qualquer forma, garantiram: não tem mais como segurar o preço atual dos caminhões, que sequer cobre o aumento de custos das fabricantes.

Se de um lado estão com a rentabilidade pressionada, por outro as montadoras estão apertadas pela demanda baixa do mercado. Os executivos contaram aos participantes algumas das medidas que precisaram tomar para tentar driblar a crise.

“No último ano e meio nosso foco foi total na área de pós-vendas, nas nossas ofertas de serviços”, explicou Fedalto, da Volvo. Borba, da Iveco, concorda. “O pós-venda foi importante nesse período, mas sem perder o foco no produto. Mantivemos nossos planos e investimentos mesmo com o mercado em baixa”.

RECORDE VAI DEMORAR

Embora os executivos falem em crescimento, o mercado de caminhões neste e no próximo ano não chegará nem à metade do volume recorde do segmento, as 170 mil unidades de 2011.

Repetir esse número é uma meta ainda distante: "Não creio que possamos igualar esse resultado tão logo. Acho que podemos falar em alcançar 110 mil unidades em 2020 e 150 mil em 2024", estimou Pimentel, da Ford. "Os 170 mil se repetirão um dia, mas vou ficar devendo uma data", disse Fedalto.

POR SEGMENTO

Além de apresentar as previsões gerais da indústria de caminhões, Reis, da Carcon, mostrou estimativa por segmento. A consultoria acredita em aumento em todos, do semileve ao pesado. "Sessenta por cento das transportadoras estão otimistas e acreditam que o frete vai melhorar no segundo semestre deste ano", disse o consultor.

A Carcon projeta para o segmento de semileves alta de 7,8% no ano que vem, após uma queda de 7,1% em 2016. A queda de um ano para o outro será, portanto, compensada, fazendo com que o segmento retorne aos níveis de 2015. Para os leves, os números estimados são de 29,7% negativos neste ano e 16,1% positivos em 2017.

As vendas de médios, após amargar retração de 34,6% este ano, deverão subir 22,4% em 2017. Nos semipesados, queda de 35,3% em 2016 e alta de 17% no ano que vem.

O segmento de caminhões pesados será o único, segundo os dados da Carcon, a recuperar todo o volume perdido neste ano em 2017, superando o resultado de 2015: após cair 11,4% em 2016, crescerá 18,1% no ano que vem.

Setor automotivo tem mudança à vista

23/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Inovação é a palavra de ordem para o setor automotivo. O recado foi dado por Reynaldo Saad, sócio da Deloitte, durante o Workshop Planejamento Automotivo 2017, promovido por Automotive Business em São Paulo na segunda-feira, 22. Para o consultor, apenas com inovação as empresas conseguirão acompanhar as transformações em curso na mobilidade, na tecnologia e no desejo do consumidor. "Atuação multidisciplinar é o que a economia e o consumidor estão pedindo", enfatiza.

Saad lembra que a sociedade entrou na era do consumidor conectado, informado e consciente. Segundo ele, o cliente tem hoje preocupação ética e ambiental muito mais latente e está fortalecido e empoderado pelas mídias sociais, que dão voz para reclamar ou exigir melhorias.

Outro desafio é que ficou muito mais difícil fidelizar as pessoas, que buscam novidade constante, com mais tecnologia e outras formas de posicionamento do produto e das empresas. "O futuro não é mais daqui a cinco anos. O futuro pode ser amanhã e as empresas precisam pensar fora da caixa para atender a esta expectativa", resume.

O consultor da Deloitte aponta que o uso de dados permitirá atender a este novo

cliente de forma muito mais personalizada, de acordo com seus hábitos e desejos. Será "oportuno e personalizado", diz.

A tecnologia, no entanto, traz também o desafio de garantir a segurança cibernética e evitar a todo custo o vazamento ou uso indevido das informações dos consumidores. Há ainda a expectativa da chegada de novos players.

Saad lembra que Google e Apple trabalham há algum tempo no desenvolvimento de soluções para o setor automotivo. Ele espera que em até três anos estas grandes novidades chegarão ao mercado, com grande impacto em empresas já estabelecidas. O consultor prevê grande mudança no conceito de mobilidade, que precisará oferecer mais eficiência.

"Andar de carro se tornou caro e um desperdício de tempo no trânsito", aponta, colocando em pauta a evolução do compartilhamento de carros e a expectativa de que a chegada dos veículos autônomos mude completamente o conceito de posse do veículo.

Mais um grande vetor de transformação para o setor automotivo, segundo a Deloitte, é a questão ambiental. "O consumidor era menos preocupado com isso antes talvez porque o uso de carros não era tão difundido", avalia. Saad aponta que é essencial melhorar a relação entre peso e carga no veículo.

"Normalmente o carro pesa muitas vezes mais do que transporta de pessoas. Isso é ineficiente." Saad enfatiza ainda que a dissipação de energia é muito grande, com 65% do combustível desperdiçado em outros processos que não o de mover o automóvel.

INDÚSTRIA DE US\$ 2 TRILHÕES POR ANO

As mudanças, Saad acredita, exigirão muito mais do setor automotivo do que produzir carros. "É uma indústria global de US\$ 2 trilhões por ano. Apenas um terço disso são receitas do setor automotivo.

O restante é periférico, de segmentos relacionados", afirma. Ele acredita que as parcerias de negócios precisarão ser ainda melhores e mais próximas. "É necessário manter relações mais saudáveis. Sentar na mesa com o fornecedor, abrir os números, e estabelecer condição de ganho para os dois lados", esclarece.

Para ele, o ciclo virtuoso deve ser multiplicado em todas as outras esferas, incluindo o engajamento dos funcionários e a parceria com seguradoras, instituições financeiras, entre outras. "Na mídia, por exemplo, não vai bastar tentar vender um produto para o consumidor. É preciso entregar algo, engajar o cliente e a sociedade."

MAN LA confirma nova linha de leves para 2017

23/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Em meio a tantas incertezas sobre o mercado interno, é fato que as empresas não estagnaram em seu planejamento visando o médio e longo prazo. Prova disso é a MAN Latin America que confirma a chegada para 2017 de sua nova linha de caminhões

leves, conhecida como projeto Phevos, que deverá abranger produtos de 8 a 10 toneladas de PBT.

A informação foi dada em primeira mão por Leandro Siqueira, diretor de desenvolvimento de produto e gerenciamento de portfólio da montadora durante painel no Workshop Planejamento Automotivo 2017, cujo lançamento foi confirmado pelo vice-presidente de vendas, marketing e pós-venda da montadora, Ricardo Alouche, no mesmo evento realizado por Automotive Business na segunda-feira, 22, em São Paulo.

“Desde o início do projeto, a ideia era fazer deste um projeto competitivo, com grau bastante alto de nacionalização, como têm sido todos os nossos desenvolvimentos para a região, sempre visando este alto nível de localização”, afirma Siqueira.

Por sua vez, Ivan Witt, diretor de compras e de RH da Caoa, revela o lançamento do novo caminhão HD80 também para 2017: “Vamos lançar com um nível local bastante alto, uma vez que para participar do Finame que ser um grau elevado”, afirma o executivo, que também confirmou a chegada de um novo automóvel. Ambos serão produzidos na unidade da montadora em Anápolis (GO).

“Para este carro, vamos usar estamparia brasileira, processo que não temos em Anápolis. É um investimento vultuoso, o que aumenta bastante o índice de localização”, completa. A empresa brasileira que conquistou a conta é a Aethra, com fábricas em Minas Gerais.

O fundo do poço parece que chegou

23/08/2016 – Fonte: Automotive Business



A indústria automotiva brasileira aparentemente alcançou, enfim, o fundo do poço. Embora o termo soe negativo, chegar a este patamar é encarado até com certo alívio por Antonio Megale, presidente da associação dos fabricantes de veículos, a Anfavea; em visão compartilhada com a consultora Letícia Costa, sócia-diretora da Prada Assessoria, e Vitor Klizas, presidente da Jato Dynamcs.

Eles abriram as palestras do Workshop Planejamento Automotivo 2017, realizado por Automotive Business na segunda-feira, 22, em São Paulo. Para os três a produção e as vendas do setor deverão crescer em 2017, com relação a 2016.

“No fim do ano os primeiros sinais de aceleração começarão a aparecer. Não será um crescimento extraordinário, mas o mercado voltará, sim, a crescer”, disse Megale, o primeiro a se apresentar.

O presidente da Anfavea reconhece, no entanto, que as vendas de agosto estão um pouco abaixo do volume de julho, por diversos motivos: “Até as Olimpíadas influenciaram”, ponderou. “Mas vamos esperar o fim do mês para chegar a uma conclusão. O mercado estabilizado é o primeiro sinal de recuperação”.

Letícia Costa concorda que a tendência é de estabilização e retomada, mas lembra que o contexto atual da economia ainda é de crise profunda.

Segundo ela, os principais indicadores econômicos estão todos ruins e a própria Lava-Jato, embora seja eticamente necessária, influencia negativamente a economia, pois as empresas investigadas compõem boa parte da força de infraestrutura do País.

“O cenário para 2017 apresenta incertezas, mas aponta para uma recuperação. O que é uma boa notícia. Chega de más notícias”, sentenciou. Mas para a consultora a recuperação não será tão rápida.

“Nos acumulados dos últimos dois anos o PIB brasileiro recuou 7,2%. Segundo as previsões do Banco Central, para recuperar essa perda serão precisos quatro anos. No caso do PIB industrial, a retomada deverá ser ainda mais lenta”, destacou.

Klizas, da Jato, apresentou projeções de vendas de veículos para o mercado brasileiro até 2020. Será justamente quando, de acordo com as contas da consultoria, o volume retornará aos patamares do ano passado – que já foi inferior a 2014, 2013 e 2012, última vez que a indústria apresentou crescimento. No caso da produção, o empate com 2015 será em 2018.

EXPORTAÇÕES AJUDAM RITMO DAS FÁBRICAS

A janela de oportunidades para a indústria automotiva nacional é o mercado externo. Megale lembrou do esforço da Anfavea junto ao governo para fechar novos acordos comerciais bilaterais e renovar os antigos, como no caso da Argentina. “Precisamos de previsibilidade também para as exportações, assim como no mercado interno”, ressaltou.

O câmbio na faixa de R\$ 3,20-R\$ 3,30 permite que a indústria exporte com bom nível de retorno, segundo o executivo. Mas Letícia Costa ponderou que o câmbio não estará necessariamente mais favorável em 2017 – o que não significa tirar o pé nas exportações: ela aconselha que a indústria encare o mercado externo como uma oportunidade perene de longo prazo e não um escape pontual baseado na atratividade cambial.

MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DO MERCADO

Tanto Klizas quanto Letícia destacaram as alterações no market share das montadoras no mercado brasileiro. A consultora mostrou que Fiat, General Motors e Volkswagen, as três líderes no segmento de automóveis e comerciais leves, detinham 55,6% das vendas em 2014, fatia que caiu para 45,1% nesse primeiro semestre.

O presidente da Jato Dynamics foi mais além: os consumidores brasileiros investiram mais dinheiro nos modelos das newcomers do que nos das quatro tradicionais – às três líderes, Kliza acrescentou a Ford em suas contas, marca que este ano já desceu à quinta posição do ranking de vendas.

Com base em um levantamento que multiplicou o volume de unidades vendidas pelo preço médio de cada modelo, a consultoria chegou à conclusão de que 60% do dinheiro aplicado em carros zero-quilômetro foram outras montadoras. Fiat, Ford, GM e VW ficaram com 40% do investimento dos consumidores – em 2015 essa relação estava em 53% -47%.

O efeito é sentido também no varejo, uma vez que as quatro tradicionais, comparadas com as demais marcas, oferecem aos consumidores descontos maiores com relação ao preço público oficial de seus modelos, prática replicada por sua rede de concessionários.

PRODUTIVIDADE É PREOCUPAÇÃO

A sócia-diretora da Prada Assessoria ressaltou a importância de manter o foco no aumento de produtividade. “As empresas de fato se preocupam com o tema, mas o tratamento dado a ele é inadequado”, disse Letícia.

Segundo a consultora o tema é encarado apenas como redução de custos e otimização de recursos operacionais – e não é só isso. “Essa preocupação deveria estar vinculada a inovações tecnológicas em processos produtivos e qualificação da mão-de-obra. São investimentos que dão retorno.”

Nesse sentido, Megale voltou a falar sobre a importância da continuidade da política industrial desenhada para o setor para além de 2017, quando termina o Inovar-Auto.

“Já começamos a negociar com o governo uma nova política que pelo nosso desejo deve se estender pelos próximos dez anos, para dar previsibilidade ao setor, um horizonte”, declarou.

Segundo ele, uma nova versão do Inovar-Auto deve necessariamente focar nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética e recuperação da cadeia de fornecedores, que foi severamente abalada pela crise econômica.

Montadoras: 2017 ainda não é o ano da virada

23/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Para as montadoras, 2017 ainda não será o ano da virada, embora apostem em manutenção dos volumes de vendas previstos para este ano ou ainda em um leve crescimento. Esta é a projeção comum dos participantes do painel A Evolução do Desenvolvimento de Produtos e Suprimentos, Workshop Planejamento Automotivo 2017, realizado por Automotive Business na segunda-feira, 22, em São Paulo.

Carlo Martorano, diretor de compras da CNH Industrial (Case, New Holland e Iveco), Erodes Berbetz, diretor de compras da Mercedes-Benz do Brasil, Ivan Witt, diretor de compras e de RH da Caoa e Leandro Siqueira, diretor de desenvolvimento de produto e gerenciamento de portfólio da MAN Latin America, debateram sobre os desafios impostos às empresas ao enfrentar a recessão e as formas de como manter os negócios com a cadeia de suprimentos sem deixar para trás o planejamento da tão desejada retomada.

Todos concordaram que a nacionalização é a melhor alternativa quando o assunto é competitividade seja aqui seja no mercado externo. A partir disso, as empresas têm intensificado seus trabalhos junto a fornecedores capazes de entregar não só qualidade, mas alternativas de negócios dentro do escopo de planejamento e desenvolvimento de produto. Essa maior aproximação entre as companhias tem o Inovar-Auto como fator determinante.

“O Inovar-Auto foi fundamental para a modernização de produtos que contou com a participação da cadeia. Fizemos alguns investimentos em fornecedores locais e não teríamos conseguido viabilizar sem o programa”, comenta Berbetz, da Mercedes-Benz.

Segundo o executivo, a montadora tem utilizado todos os recursos disponíveis pelos fornecedores a fim de buscar soluções para reduzir o impacto da crise para ambos os lados, mas aponta que eles também têm se readequado de forma a encarar o novo tamanho do mercado: “Até agora temos conseguido manter nossos trabalhos com os fornecedores estratégicos, mas eles também reduziram seu poder de desenvolvimento, têm enfrentado a mesma redução de estrutura”, afirma.

Segundo ele, 60% do que a Mercedes compra no Brasil vêm de empresas globais. "Por que não localizamos mais? Apesar de todo o incentivo, tecnologia disponível, o componente importado ainda é mais barato. O País ainda tem problemas estruturais, de infraestrutura, de custo e commodities", assinala.

Martorano, da CNH Industrial, reforça a importância das parcerias ao longo da crise: "É neste momento que você tem que utilizar ainda mais o know how dos seus parceiros com um trabalho em conjunto e buscando inovação.

E a tendência é de que essa aproximação só aumente no futuro e as montadoras devem procurar saber tirar o melhor proveito dessa inovação", declara. Apesar disso, ele aponta que há dificuldades em localizar:

"Por enquanto, não há demanda de volume para trazer ao Brasil alguns itens utilizados pela Iveco lá fora, mas o fornecedor que faz a ponte entre o que temos no exterior é a chave para esta inovação local: podemos não nacionalizar o todo, mas por meio deste trabalho conjunto encontrar a melhor forma de adaptar essa tecnologia e fazer aqui com menor custo, sem importar, e isto envolve todo o processo, desde o material até a estrutura modular", explica.

Outra alternativa segundo os participantes do painel é a busca conjunta por mercados de exportação como forma de abrir as portas para alguns tipos de componentes a fim de reduzir o impacto da queda do mercado interno.

Witt, da Caoa, lembra que embora as empresas estejam passando por dificuldades de ordem financeira, principalmente as exclusivamente brasileiras sem origem no exterior, há de se lembrar da necessidade de reformas, sejam elas tributárias e até trabalhistas: "Vai ter que acontecer por questão de custo uma vez que se avalia o problema de competitividade como um todo", pondera.

Para Leandro, da MAN LA, o caminho para buscar alternativas para a cadeia passa sim pela montadora, que pode ajudar com o desenvolvimento de produtos específicos para a exportação, por exemplo. "Precisa inserir o Brasil na cadeia global", alerta.

"Fortalecer o relacionamento entre as empresas da cadeia tem trazido oportunidades e alternativas para contornar a crise, é uma forma de encontrar soluções mais rápidas. Quem se desenvolveu durante a crise sairá dela muito mais forte."

Prova disso é o que a Mercedes-Benz conseguiu fazer com um grupo de sete fornecedores: "Com estas empresas, exclusivamente brasileiras, conseguimos inseri-las no mercado de exportação, participando até de competições para fornecimento global", conta Berbetz.

"É uma das saídas, alguns conseguem exportar, mas outros ainda não. A montadora trabalha junto nesta solução, mas não há muito o que fazer quando o assunto é mercado interno: não tem como gerar mais demanda do que o que o mercado requer."

Por outro lado, investimento como o da Iveco no parque de fornecedores em Sete Lagoas (MG) está pronto, mas sem funcionar: "O projeto andou, está pronto. Quando foi desenvolvido, havia uma expectativa de mercado de 120 mil, 130 mil unidades para o ano. Hoje estamos trabalhando com metade disso. Para ser viável, precisa de um volume [de produção/vendas]. Estamos aguardando melhorias para dar seguimento", revela Martorano.

Por causa disso, o a Iveco ainda estuda a possibilidade de produzir aqui no Brasil seus conjuntos de transmissões. "A ociosidade está bastante alta, é o momento de bastante planejamento, sempre baseado no volume, pensando no payback".

O executivo encerra sua fala propondo aos presentes – a maior parte de representantes de empresas da cadeia de fornecimento – de abrir seus números relacionados a custos logísticos. “Buscando sinergias, acho que deveríamos negociar também em conjunto. Também penso sobre a compra conjunta do aço. Este tipo de ação pode mesmo fazer a diferença e trazer uma melhora no futuro.”

Termomecanica apresenta produtos da linha premium na Fenasucro

23/08/2016 – Fonte: CIMM

Visando mostrar como sua linha Premium de produtos, composta pelas Capas de Bronze TM 23, buchas e tarugos de bronze, pode ajudar o setor sucroenergético a aumentar a competitividade e ainda reduzir custos, a Termomecanica participa da 24ª Feira Internacional de Tecnologia Sucroenergética – Fenasucro.

Fabricadas com uma liga exclusiva, sem similar no mercado, desenvolvida e patenteada pela líder no setor de transformação de metais não ferrosos (cobre e suas ligas), as capas garantem a melhor relação custo x benefício às usinas de açúcar e álcool.

Maior evento mundial em tecnologia e intercâmbio comercial para usinas e profissionais do setor, a feira acontece de 23 a 26 de agosto, no Centro de Evento Zanini, em Sertãozinho (São Paulo).

“As usinas lidam com fatores muito sensíveis como intempéries climáticas, instabilidade de mercados internacionais e controle de preços de combustível, apenas para citar alguns exemplos. Dentro deste cenário, torna-se fundamental investir em recursos que promovam a redução de custos e o aumento da competitividade, dois desafios cruciais para a obtenção de resultados positivos”, afirma Paulo César Martins Pereira, Gerente de Marketing da Termomecanica.

As Capas de Bronze TM 23 têm como principal vantagem o fato de proporcionarem maior durabilidade em relação aos produtos concorrentes – chegam a resistir mais de uma safra - e evitam substituições e paradas no auge da produção. Sem concorrente similar no mercado, o TM 23 apresenta boa resistência à corrosão, excelente qualidade antifricção, usinabilidade e conformabilidade para buchas e mancais.

Esses atributos de qualidade, juntamente com as políticas comerciais, como pontualidade de entrega, tornaram as capas referência no mercado. Além disso, a empresa dispõe de facilidades, como uma plataforma digital de compras e relacionamento com o cliente, pioneira no segmento de transformação de cobre, que permite realizar consultas, fazer solicitações e pedidos, verificar históricos de compras e até mesmo o extrato de sucatas, agilizando e dinamizando o atendimento e facilitando a tomada de decisão no dia a dia.

Os produtos da linha premium, em especial as capas conhecidas mais popularmente como semi - casquilhos, são utilizados na manutenção das usinas, como peças de reposição. Instaladas nos ternos da moenda, as capas de bronze têm a função de um mancal que protege o eixo da moenda do desgaste, daí a necessidade de um produto de alta qualidade e confiabilidade.

Além do modelo convencional, as usinas podem contar com a Capa de Bronze TM 23 com sistema interno de serpentina de refrigeração em aço, o que confere mais eficiência na troca de calor e garante maior vida útil ao mancal.

Outro diferencial de mercado oferecido pela Termomecanica é a possibilidade de reciclagem da Capa de Bronze ao terminar sua vida útil. Quando retirada da moenda, a usina entrega a peça a Termomecanica e paga apenas o valor da mão de obra. Não se tem conhecimento de outro fabricante que ofereça esta importante condição. No

geral, as capas de bronze viram sucata e são vendidas pelas usinas a preços bem abaixo do mercado, diretamente para sucateiros.

Uma equipe comercial e de engenharia, que estará presente durante a Fenasucro 2016, é especialmente dedicada a essa área de atuação, com o objetivo de oferecer um atendimento de qualidade e agilidade de acordo com as necessidades específicas de cada usina. O evento também será uma oportunidade de relacionamento com os clientes e prospects.

Schmersal inova e apresenta produto inédito para bloqueio de segurança em máquinas com portas pesadas

23/08/2016 – Fonte: CIMM

A alemã Schmersal, líder mundial em módulos e sistemas de segurança, inova e traz ao mercado brasileiro Chave de Segurança com Travamento AZM 400, indicada para utilização em máquinas com portas pesadas em geral.

Este produto de invólucro metálico e sistema de bloqueio motorizado se destaca por sua robustez, realizando o travamento da proteção móvel em até 10.000N (equivalente a 1 tonelada x força).

Esta é uma das poucas chaves disponíveis do mercado que chega próximo deste valor. Outro ponto importante é a categoria de segurança que a AZM 400 pode alcançar, CAT4, PLe, SIL3 tanto na supervisão da porta, quanto no bloqueio, podendo ser aplicada nas máquinas de maior risco e ambientes mais agressivos.

Além disso, esta chave possui um sistema codificado RFID no atuador, garantindo que não haja a manipulação do sistema se utilizando de outros atuadores. E seu desbloqueio, em caso de emergência, pode ser manual ou elétrico por meio de outra fonte de energia auxiliar.

Outra vantagem desta chave é que, caso haja algum problema como por exemplo um curto circuito, ela pode trabalhar por 30 minutos até que a falha seja identificada e eliminada, evitando assim uma parada inesperada da máquina, e perda no processo produtivo.

Exportações de veículos podem sofrer se real ampliar rali, diz Anfavea

23/08/2016 – Fonte: CIMM

As exportações brasileiras de veículos podem enfrentar dificuldades se o real ampliar a valorização para além de 3,1 reais por dólar, afirmou nesta segunda-feira o presidente da Anfavea, Antonio Megale.

A entidade estima que as vendas externas de veículos do Brasil devem subir 21,5 por cento este ano, mas Megale afirmou que a valorização do real em 23 por cento este ano pode fazer as exportações pisarem no freio.

"O câmbio no nível atual ainda nos permite competir, mas se o real se apreciar mais, eu tenho certeza que poderemos ter problemas", afirmou o presidente da Anfavea.

No acumulado do ano até julho, as exportações brasileiras de veículos têm alta de 20 por cento sobre o mesmo período do ano passado, a 272,2 mil unidades.

Durante evento do setor, Megale, também executivo da Volkswagen, afirmou que a ociosidade das montadoras de caminhões no país é de 75 por cento ante nível de 52 por cento da indústria de veículos como um todo.

Carf muda visão sobre causas previdenciárias

23/08/2016 – Fonte: Portal Contábil

Mudanças recentes nos entendimentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) estão obrigando as empresas a revisar suas políticas em relação a vários benefícios pagos aos funcionários.

Desde a reabertura do tribunal, em dezembro de 2015, os contribuintes foram derrotados em três questões: assistência médica, auxílio alimentação, e participação nos lucros e resultados (PLR).

Em todos esses casos, conta o sócio do Demarest Advogados, Rodrigo Campos, o objetivo do fisco é fazer incidir tributos sobre o valor do benefício concedido ao funcionário, assim como ocorre com o salário. Somando contribuição previdenciária e os demais encargos, ele conta que a alíquota paga sobre o valor do benefício pode chegar a uma média de 28,8%.

Essas mudanças no entendimento no Carf têm aborrecido os especialistas porque o próprio tribunal administrativo, antes de sua reforma, tinha decisões favoráveis às empresas sobre esses mesmos temas.

“Nos preocupa essa mudança de posicionamento sem mudança na legislação. A mudança só aconteceu na composição da turma. Isso pode ser sinal de que o tribunal está suscetível a interpretações”, afirma o advogado do ASBZ Advogados, Caio Taniguchi.

Outro fator comum nas decisões do Carf tem sido a derrota dos contribuintes em função do chamado voto de qualidade – uma ferramenta usada para desempatar os julgamentos. Segundo Campos, foi esse o fator decisivo no julgamento em que foi invertida a posição do tribunal administrativo sobre a PLR.

De acordo com a decisão do Carf, a participação nos lucros e resultados só ficaria isenta da contribuição previdenciária se a meta fosse negociada e assinada com o sindicato antes do início do exercício. Mas segundo Campos, isso nunca ocorre.

Ele aponta que antes de negociar a PLR para o ano seguinte, sindicato e empresa precisam verificar os resultados do ano anterior, o que normalmente ocorre no primeiro trimestre do ano. Por conta disso, nenhuma negociação acontece antes do início do exercício, em dezembro. Na visão de Campos, avaliar apenas a data da assinatura do PLR é um argumento “formalista”.

Na avaliação de Taniguchi, o mesmo aconteceu com os outros dois casos. No auxílio alimentação, a empresa deveria estar inscrita no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), caso contrário, haveria incidência de tributo. Na assistência médica, isenção do benefício foi colocada em xeque em razão de as empresas oferecerem benefícios diferentes, conforme o cargo do funcionário.

Segundo os advogados, apesar do posicionamento desfavorável no Carf, há boa perspectiva de que os contribuintes conseguiram decisões positivas no Judiciário sobre os três temas. “A empresa não vai chegar a provisionar valores, mas vai precisar avaliar as questões de perto e acompanhar a jurisprudência”, afirma Campos.

Para Taniguchi, a mudança das posições do Carf também pode impulsionar, num futuro próximo, fiscalizações e autuações sobre os temas. “As empresas devem visitar suas políticas e se preparar para possíveis questionamentos.”

Em alguns casos, há margem para que a empresa mude suas práticas e evite o risco. Na assistência médica, aponta Taniguchi, uma solução possível é padronizar o plano

de saúde oferecido. "O funcionário que quiser um plano melhor, nesse caso, precisa pagar pelo upgrade. Isso evita dores de cabeça."

Prévia da confiança da indústria interrompe altas e cai em agosto, diz FGV

23/08/2016 – Fonte: Estado de Minas

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de agosto ficou em 86,9 pontos. O resultado significa um recuo de 0,2 ponto em relação ao resultado final de julho, que foi de 87,1 pontos, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV).

Se confirmado pelo indicador consolidado, o resultado interrompe uma sequência de cinco altas consecutivas no ICI, que levaram a um ganho acumulado de 12,4 pontos entre março e julho.

"Ainda que confirmada na versão final, em 29 de agosto, a queda do ICI sinalizada pela prévia é muito suave, podendo ser interpretada como acomodação após uma sequência de altas expressivas, sem alterar a tendência de alta do índice no ano", avaliou Aloisio Campelo Jr., superintendente adjunto para Ciclos Econômicos do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

A prévia de agosto mostra melhora das avaliações sobre a situação atual e piora das expectativas do setor industrial para os meses seguintes. O Índice da Situação Atual (ISA) avançou 0,9 ponto, para 86,1 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) recuou 1,2 ponto, para 87,8 pontos.

Nuci

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria atingiu 74,1%, segundo a prévia da Sondagem da Indústria da FGV. O resultado, já livre de influências sazonais, é 0,2 ponto percentual inferior ao apurado na sondagem de julho, de 74,3%.

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria abrange a consulta a 782 empresas entre os dias 1º e 16 de agosto. O resultado final da pesquisa para agosto será divulgado no próximo dia 29.

Consumidores esperam inflação de 9,8% nos próximos 12 meses

23/08/2016 – Fonte: R7



A inflação de preços deve seguir assustando os brasileiros ao longo dos próximos 12 meses. De acordo com pesquisa realizada pela FGV (Fundação Getulio Vargas) com os próprios consumidores e divulgada nesta terça-feira (23), a alta esperada no índice de preços ao longo do próximo ano é de 9,8%.

O resultado confirma a trajetória de queda do indicador no curto prazo, depois de atingir sua máxima histórica no mês de fevereiro deste ano (11,4%).

No mês de agosto, a maior queda ocorreu entre os consumidores com renda familiar até R\$ 2.100, com recuo de 0,4 ponto percentual em comparação com julho, Apesar

do recuo, eles ainda aguardam por uma inflação de 10,4% para os próximos 12 meses, porcentagem superior à aguardada por todas as classes sociais.

Foi também menor a proporção dos consumidores pesquisados que esperam inflação superior a 10% nos próximos 12 meses, que caiu de 36,2% para 34,7%. Já a proporção dos consumidores que acreditam que a inflação ficará entre 0 e 6,5% subiu de 7,6% para 8,3%.

O economista do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da FGV, afirma que a queda na expectativa de inflação dos consumidores em relação reflete um alívio e uma preocupação.

— Alívio, pois a trajetória de aumento de expectativas de inflação do consumidor iniciada em 2015 reverteu-se e preocupação, porque a queda mostra-se lenta, reflexo da resiliência apresentada no índice de inflação oficial.

A meta de inflação estabelecida pelo governo para manter o índice controlado é de 4,5% ao ano. A meta tem margem de dois pontos percentuais e pode variar entre 2,5% e 6,5%, resultado que não é atingido desde dezembro de 2014.

Preço da energia sobe e anima geradoras

23/08/2016 – Fonte: R7

As geradoras de energia estão mais otimistas. Isso porque os preços de energia para contratos de longo prazo no mercado livre dão sinais de recuperação e a previsão das empresas é de que o movimento vai continuar, o que pode garantir melhores resultados com a venda de seus volumes descontratados para os próximos anos.

"Temos visto a liquidez voltando e acho que vai melhorar um pouco mais (o nível de preço de longo prazo)", disse o presidente da AES Brasil, Julian Nebreda, em teleconferência de resultados da geradora do grupo, a AES Tietê.

Na ocasião, a companhia revelou ter revisado suas projeções para os preços de energia longo prazo, elevando-os para o patamar entre R\$ 140 e R\$ 170 por megawatt-hora (MWh) a partir de 2018, ante a projeção anterior de R\$ 120/MWh a R\$ 150/MWh, após ter fechado contratos no patamar superior do intervalo anterior.

Já a Copel sinalizou que os preços para a energia convencional para 2017 estão em cerca de R\$ 160 por MWh, enquanto para 2018 ficam em aproximadamente R\$ 150/Mwh.

A empresa especializada na captura de preços do setor elétrico Dcide registra que já houve uma recuperação dos preços para os contratos de longo prazo nos últimos meses. O contrato de energia convencional para entrega entre 2017 e 2020 estava em R\$ 158,22/MWh em meados de agosto, acima dos R\$ 121/MWh observados em fevereiro.

"Esse nível de R\$ 158 - R\$ 160 é um patamar razoável do ponto de vista histórico", disse o diretor da Dcide, Herinque Leme Felizatti. Ele acrescentou que, retirando o efeito da inflação, o preço atual ainda está "levemente" abaixo da média histórica, o que pode permitir a continuidade da curva de alta, a depender de variáveis como recuperação de carga e hidrologia.

A recuperação do preço observada recentemente se deve, em grande medida, à revisão da projeção da carga feita pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que passou a considerar "uma leve recuperação da economia em 2017, seguida de um cenário mais favorável a partir de 2018". Com isso, o operador elevou o volume de

carga previsto e, agora, espera uma taxa média anual de crescimento de 3,7% entre 2016 e 2020.

O presidente da AES Tietê, Ítalo Freitas, explicou que a nova estimativa da companhia para os preços também leva em conta a hidrologia abaixo da média histórica, a possibilidade de estabelecimento do fenômeno La Niña e a possível mudança no critério de cálculo do preço spot pelo governo, com a inclusão de novos parâmetros de curva de aversão ao risco.

Os preços energia no mercado à vista, chamado PDL, também apontam para cima. O valor do PLD de agosto superou o patamar de R\$ 100/MWh, depois de fechar julho em uma média de R\$ 83,43/MWh.

Confirmado o adiamento do eSocial - veja os impactos para empresas

23/08/2016 – Fonte: Canal Executivo

A expectativa de adiamento da data de início da entrega do eSocial foi recentemente confirmada pela Receita Federal do Brasil (RFB). Contudo, não foi ainda estabelecido um novo prazo para entrada em vigor dessa obrigação, assim, como fica para as empresas?

“Nossos especialistas da Confirp Contabilidade projetam que o prazo deve ser postergado em um ano, ficando para 2018. Apesar da prorrogação o próprio órgão alerta sobre a importância de rápida adequação ao sistema.

Segundo o governo os motivos para prorrogação são variados passando pelas turbulências políticas que passa o país e a impossibilidade que o cronograma fosse cumprido”, explica o gerente trabalhista da Confirp Consultoria Contábil, Fabiano Giusti.

O novo cronograma terá que ser fixado por meio de uma resolução do Comitê Diretivo do eSocial, que é composto pelos Secretários Executivos dos entes envolvidos.

Na ocasião, deverá ser apresentada a versão final do MOS – Manual de Orientação do e-Social, a 2.2. Contudo, não se deve ter grandes surpresas, as mudanças serão pontuais, de modo que podemos dar continuidade nos trabalhos que já sendo realizado realizando.

Mas, o que muda com o eSocial?

“Já estamos há algum tempo nos adequando e realizando uma análise bem aprofundada no eSocial, e podemos afirmar que a adaptação para as exigências será bastante trabalhosa para quem não se antecedeu, mas isso deve se concentrar no primeiro momento, por causa da grande informação que terão que ser inseridas no sistema”, conta Fabiano Giusti.

Ele acrescenta que o eSocial também obrigara à uma mudança cultural nas empresas. “Ações que eram comuns nas empresas terão que ser revistas, um exemplo são referentes aos exames demissionais e adminicionais, e a entrega do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), que muitas empresas pediam para ser realizado depois da contratação, a partir de agora, o mesmo terá que acontecer com antecedência, senão, não poderá ser efetivado o contrato”.

Outro exemplo citado pelo especialista da Confirp são os casos de férias. “Atualmente as empresas em alguns casos marcam férias dos colaboradores sem os trinta dias de antecedências exigidos por lei, agora se fizerem isso estarão sujeitos a multas”.

Aumento de custos

Giusti também lembra que possivelmente haverá custos adicionais para as empresas. Entre os novos custos, o principal é o alto valor de atualização dos sistemas informáticos de folha salarial, que terão que ser compatíveis com o eSocial, sem falar nos investimentos em treinamento de empregados.

Além disso, no início haverá a convivência dos vários sistemas, como por exemplo o eSocial e o Caged. Nesse período de transição, as empresas terão que arcar com o custo do envio de informações em duplicidade.

Enfim, em um primeiro momento, o sistema que veio para simplificar, poderá aumentar a burocracia e o custo administrativo. O novo modelo é mais um projeto do SPED, do qual já faz parte outros sistemas como a nota fiscal eletrônica e o Sped Fiscal, dentre outros.

Dessa vez, o sistema estabelece o envio de forma digital por parte das empresas das informações cadastrais de todos os empregados.

O empregador poderá acessar o site www.esocial.gov.br para enviar os dados ou fazer uma conexão direta entre o software usado pela empresa com o sistema do eSocial. Após a verificação da integridade das informações, a Receita vai emitir um protocolo de recebimento e o enviará ao empregador.

Lado positivo do eSocial

O lado positivo é que o sistema substituirá o envio de pelo menos nove obrigações acessórias que hoje são feitas mensal e anualmente — como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), Guia de Recolhimento do FGTS e informações a Previdência Social (GFIP).

Todavia, o projeto do Governo vai muito além dessas informações, já que, conforme o Ato Declaratório todas as empresas deverão enviar o histórico dos empregados— em alguns casos diariamente.

Dentre os dados estão admissão, demissão, afastamento, aviso prévio, férias, comunicação de acidente de trabalho, mudança de salário, obrigações de medicina do trabalho, folha de pagamento, ações judiciais trabalhistas, retenções de contribuições previdenciárias, imposto de renda retido na fonte, informações sobre FGTS.

44 tipos de informações

Ao todo, as empresas terão que enviar à Receita Federal 44 tipos de informações por empregado. O problema segundo especialistas é que da forma que foi desenhado o projeto estabelece obrigações desmedidas, gerando burocracia e custo.

Para os empregados o projeto também será uma interessante ferramenta de fiscalização, já que apenas com o CPF poderá acessar todas as informações de toda sua vida profissional, o que facilitará em muito também o processo de aposentadoria.

Enfim, o especialista da Confirp avalia que a maior dificuldade será no início, depois, o projeto possivelmente será benéfico.

“Como falado, o grande impacto será a inserção inicial de todos os colaboradores no sistema, o que com certeza será moroso e complexo. Isso feito, e com a mudança de cultura de muitos empresários, com certeza o eSocial trará interessantes benefícios para todos os envolvidos”, explica.

Peter Schaefer é o novo diretor de Qualidade Assegurada da Volkswagen do Brasil

23/08/2016 – Fonte: Canal Executivo

A Volkswagen do Brasil tem um novo diretor de Qualidade Assegurada, o alemão Peter Schaefer, de 52 anos, que assumiu o cargo neste mês, se reportando diretamente ao presidente e CEO da empresa, David Powels.

Há 27 anos no Grupo Volkswagen, Schaefer ingressou na área de Logística da unidade da empresa em Bruxelas, na Bélgica, em 1989.

A partir de 1992, mudou sua atuação para a área da Qualidade Assegurada, sendo responsável pelo planejamento e análise da qualidade, também na unidade de Bruxelas.

De 2001 em diante, passou a atuar em diferentes empresas do Grupo Volkswagen, tais como AM Dresden e a Matriz da Volkswagen, em Wolfsburg, ambas na Alemanha.

O executivo trabalhou também na Volkswagen Shanghai, na China, e na Volkswagen Pune, na Índia. Em 2015, retornou à Alemanha como responsável da Qualidade Assegurada da Volkswagen Saxônia, último cargo que ocupou antes de vir para o Brasil.

Gasolina fica mais barata e faz inflação semanal desacelerar

23/08/2016 – Fonte: G1

O preço da gasolina caiu e contribuiu para que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) desacelerasse da segunda para a terceira prévia de agosto, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). De 0,48%, a variação de preços recuou para 0,39%.

Dos oito grupos de despesas pesquisados pela FGV, cinco registraram taxas menores, com destaque para os preços relativos ao grupo de gastos com transportes (de 0,36% para 0,18%).

Também registraram altas menores saúde e cuidados pessoais (de 0,91% para 0,67%), vestuário (de 0,32% para -0,06%), comunicação (de 0,55% para 0,32%) e despesas diversas (de 0,19% para 0,03%).

Na contramão, ganhou força a variação de alimentação (de 0,69% para 0,70%) e educação, leitura e recreação (de 1,10% para 1,11%). O grupo habitação não registrou variação pela segunda prévia consecutiva.

Veja a variação de preços de alguns itens:

Tarifa de eletricidade residencial (de -1,67% para -1,42%)

Conserto de eletrodomésticos (de 1,13% para 0,68%)

Frutas (de -0,07% para 2,43%)

Passeios e férias (de -1,51% para -1,30%)

Artigos de higiene e cuidado pessoal (de 2,58% para 1,57%)

Roupas (de 0,28% para -0,06%)

Tarifa de telefone móvel (de 1,86% para 1,30%)

Tarifa postal (3,53% para 1,44%)

Gasolina (de 0,82% para -0,01%)

Um terço das negociações salariais fica abaixo da inflação

23/08/2016 – Fonte: O Globo



Mais de um terço (37,6%) das negociações salariais feitas em julho resultou em reajustes abaixo da inflação. A proporção é maior que a verificada no mês anterior (25,2%).

Por outro lado, o número de acordos coletivos com redução salarial está em queda: foram apenas nove em julho, bem abaixo dos 23 em junho, 28 em maio e 34 em abril. Os dados são do boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas (Fipe), com base em dados informados ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A mediana dos ajustes salariais com vigência em julho ficou em 9,5%, igual à inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulada nos 12 meses anteriores, conforme a primeira estimativa dos resultados das negociações coletivas.

Em junho, foi de 9,8%, também igual à inflação, informa a Fipe, com resultados fechados de 601 negociações, das quais apenas 167 trataram de ajustes salariais e 151 de pisos salariais.

A tendência de paridade entre reajustes e inflação se mantém desde abril. Antes disso, a diferença — em favor da inflação — veio em declínio neste ano: em março, o ajuste mediano ficou 0,1 ponto percentual abaixo do INPC acumulado; em fevereiro, 0,3 ponto percentual; e, em janeiro, 0,8 ponto percentual.

Porém, 37,6% das negociações resultaram em ajustes salariais abaixo do índice. A fatia é maior do que a verificada no mês anterior, quando um quarto (25,2%) dos acordos acabaram em resultado inferior à inflação.

Mas fica próxima do índice verificado em maio (36%) e abril (36%). A tendência predominante neste ano, contudo, é de declínio na fatia de reajustes que ficam abaixo do INPC: em abril foi de 41,4%, em março foi de 53,6%, em fevereiro, de 58,5% e, em janeiro, de 68,7%.

ACORDOS COM REDUÇÃO EM QUEDA

Dos 167 acordos coletivos que trataram de ajustes salariais, nove estabeleceram redução de jornada acompanhada de redução de salários, e destes, apenas um se apoiou no Programa de Proteção do Emprego (PPE), contra cinco de junho, oito de maio e quatro de abril, informa o Salariômetro, que analisou 497 acordos desde janeiro de 2015. É a mais longa sequência de recuos no número de acordos com redução salarial desde o início da série.

PISO AVANÇA

A mediana do piso salarial com vigência em julho foi R\$ 1.089 (23,8% maior que o salário mínimo, de R\$ 880), contra R\$ 1.055 de junho. Nas convenções, o piso mediano foi R\$ 1.085, contra R\$ 1.100 no mês anterior, enquanto nos acordos, foi R\$ 1.089, contra R\$ 1.053 do período prévio.

O maior piso é o de São Paulo (R\$ 1.182) e o menor, do Rio Grande do Norte (R\$ 893).

A folha de salários, estimada a partir do volume de depósitos vinculados ao FGTS, equivale a R\$ 99,3 bilhões, no dado dessazonalizado referente ao mês de maio. A cifra é 0,7% maior que a observada no mês anterior (R\$ 98,6 bilhões) e 2,5% menor que em maio de 2015 (R\$ 101,8 bilhões).

O valor anualizado da folha salarial de maio é de aproximadamente R\$ 1,19 trilhão. Esta é a massa salarial anual do setor coberto pela CLT, que não inclui os rendimentos dos funcionários públicos estatutários e dos trabalhadores informais.

CSN deve levantar US\$ 100 milhões com venda de fábrica de latas

23/08/2016 – Fonte: O Globo



A CSN deve anunciar esta semana a venda de sua fabricante de latas, a Metalic Nordeste, localizada no Ceará, segundo fonte próxima às negociações. Será a primeira operação fechada dentro da estratégia da siderúrgica de vender ativos para reduzir seu nível de endividamento e fortalecer o caixa. A companhia espera levantar US\$ 100 milhões com a transação. O potencial comprador é um grupo estrangeiro sediado na Polônia.

Desde o ano passado, a CSN vem buscando compradores para alguns de seus ativos. Além da Metalic, estariam no leque de opções de venda o terminal de contêineres de Sepetiba, um percentual da participação da empresa na ferrovia MRS e seu braço de embalagens (Prada).

As discussões têm avançado lentamente porque, com a crise do país e do setor siderúrgico, as propostas que vinham sendo apresentadas estavam muito abaixo do que a CSN pretendia captar com as vendas. A CSN fechou o segundo trimestre com dívida líquida de R\$ 25,8 bilhões.

A Metalic produz latas de aço para bebidas e atua principalmente no Norte e Nordeste, regiões em que detém 14% do mercado. Em âmbito nacional, essa participação é de 4%. A empresa foi fundada em 1996 e incorporada pela CSN em 2002. Hoje, a empresa cerca de 200 pessoas. A CSN não fez comentários.

Paralelamente às negociações de venda, a siderúrgica está tomando outras medidas para melhorar seu caixa. Semana passada, a empresa enviou carta a seus 6 mil fornecedores informando que o prazo para pagamento pelos bens e serviços prestados nos novos contratos seria de 120 dias após faturamento da nota, como informou o colunista Lauro Jardim.

Hoje, o prazo de pagamento vai de 45 a 60 dias. Segundo uma fonte, haverá espaço de negociação com os fornecedores e quem aceitar poderá ter volumes de compra maiores. A ideia é que a CSN mantenha dinheiro em caixa por mais tempo para ganhar com rendimento em aplicações. Caso todos os fornecedores aceitem o novo prazo, isso representaria um ganho de milhares de reais por dia para a empresa, disse essa fonte.

Em nota, a CSN esclareceu que “tem uma confortável posição de caixa de mais de R\$ 5 bilhões, mantém todos os seus pagamentos em dia e nunca cogitou nenhuma espécie de moratória”.

Disse ainda que as estratégias que a empresa adota para a gestão de seu fluxo de caixa e de capital de giro são semelhantes às de outras grandes empresas do mesmo porte e de mesma complexidade em todo o mundo.

TST discutirá dissídio coletivo em demissão em massa

23/08/2016 – Fonte: DCI

O plenário do Tribunal Superior do Trabalho (TST) terá que definir a adequação do dissídio coletivo para a discussão da matéria relativa à dispensa em massa de uma metalúrgica de Minas Gerais.

Conforme consta no site do TST, a pauta partiu do julgamento de um recurso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais, em dissídio coletivo ajuizado contra a demissão de mais de 200 empregados da Vallourec Tubos do Brasil.

Na semana passada, por maioria, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do TST se inclinou no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas que extinguiu o processo sem julgamento do mérito.

Segundo o TRT, o dissídio coletivo não é o instrumento processual adequado para discutir a pretensão do sindicato de declaração da nulidade da dispensa e reintegração dos empregados, pois não se trata de interpretação de norma preexistente ou de criação de novas condições de trabalho.

O julgamento foi iniciado em junho deste ano, e o relator do recurso, ministro Mauricio Godinho Delgado, votou pelo seu provimento - foram quatro votos a dois. De acordo com ele, a jurisprudência pacífica do TST é no sentido da adequação do dissídio coletivo para discutir o tema.

Godinho destacou ainda diversos precedentes da SDC para fundamentar sua posição e sustentou que, desde 2009, este é o entendimento que vem sendo seguido pelo TST. "A matéria é de extrema importância para o TST e para todos os TRTs", afirmou Mauricio Godinho, propondo que a discussão fosse levada ao Pleno do Tribunal.

"É uma questão de interpretação da ordem jurídica do País, das convenções internacionais ratificadas, da Constituição da República", acrescentou o ministro do TST.

A decisão de suspender o julgamento da SDC se fundamenta no artigo 77, inciso II, do Regimento Interno do TST, que permite a suspensão da proclamação do resultado da votação pelas Seções Especializadas quando convier o pronunciamento do Pleno, em razão da relevância da questão jurídica ou da necessidade de prevenir divergência de julgados, explica a assessoria de comunicação do TST, em nota divulgada no site da corte.

Grandes empresas fazem programas próprios para garantir inovação

23/08/2016 – Fonte: DCI

Os programas de corporate venture estão invadindo as principais companhias brasileiras e se tornando ferramentas eficientes em agilizar e desenvolver seus processos de inovação. Essa unidade de negócio, normalmente, tem total autonomia e, principalmente, não concorre com o setor de pesquisa e desenvolvimento da corporação.

Basicamente as empresas estão se aproximando do ecossistema de startup com programas de parceria com esses empreendedores inovadores. O objetivo, claro, é gerar benefícios financeiros ou de inovação, para seus produtos, serviços ou processos. Entre os modelos adotados para garimpar essas empresas nascentes está a parcerias com aceleradoras e incubadoras.

Mas algumas companhias têm adotado o investimento em iniciativas independentes, lideradas por seus próprios executivos.

O grupo Algar, por exemplo, criou a Algar Ventures em julho. O modelo da primeira fase do programa, cujo objetivo é inovação aberta, será em parceria com aceleradoras e incubadoras. Segundo o vice-presidente de estratégia e inovação do Grupo, Clau Sganzerla, as prioridades serão para as áreas em que a companhia atua, como agronegócio, energia e telecomunicações.

"Buscamos as startups que já tenham saído do papel. Tem que ter alguma prova de viabilidade", diz Sganzerla. A previsão é de que o processo de seleção dure 12 meses, período em que a Algar Ventures vai realizar investimentos indiretos, via parceiros.

A segunda fase da iniciativa será por meio de aportes nas empresas nascentes. "Nossa intenção de investimento é sempre de forma minoritária, não queremos controlar as empresas", destaca Sganzerla. No caso do grupo Algar, as startups não fornecerão com exclusividade, ou seja, estão livres para prospectar novos clientes.

Por ora, a Algar Ventures terá disponível 5% do lucro líquido do grupo para realizar investimentos. Em 2015, o resultado líquido total atingiu R\$ 200 milhões. Contudo, outras iniciativas de inovação seguirão normalmente, como a Telecom Aceleratech.

A Porto Seguro também adotou o segmento de corporate venture, mas com a criação, em 2015, da Oxigênio Aceleradora. O objetivo é buscar projetos que possam agregar valor aos diversos setores em que a empresa atua, como telecomunicações e consórcios, além dos diversos tipos de seguro.

O programa de aceleração é feito em parceria com a Liga Venture, focada em acelerações corporativas, e com a Plug and Play, uma plataforma global de inovação. As startups selecionadas são aceleradas por seis meses e recebem investimento direto de US\$ 50 mil em troca de participação societária. O valor é dividido entre a Porto Seguro e a Plug and Play, que se tornam donas de 5% de cada um dos negócios investidos.

Durante três meses, as empresas nascentes recebem mentoria na sede da Oxigênio, em São Paulo. Posteriormente, elas têm a oportunidade de passar três meses na Plug and Play, no Vale do Silício, nos Estados Unidos, onde também recebem mentorias e têm contato com potenciais investidores.

Além disso, a Porto Seguro faz um projeto inovador: estimula os funcionários a sair da empresa para iniciar seu próprio empreendimento. Há uma chamada interna e os melhores projetos podem ser selecionados para uma pré-aceleração e até mesmo, posteriormente, entrar na Oxigênio.

"Ele tem que tomar uma decisão: montar a empresa e se desligar da Porto ou retornar como funcionário", explica o gerente da Oxigênio, Mauricio Martinez. Ele avalia que a ideia está estimulando o próprio empreendedorismo interno da seguradora.

"Para que perder um funcionário para o mercado se a gente pode investir nele e ele se tornar um fornecedor em potencial para a gente", diz Martinez. No segundo ciclo de aceleração da Oxigênio, que começou em agosto, há dois projetos de colaboradores da Porto.

SEM COMPROMISSO

A construtora Tecnisa levou a sério o famoso método Lean, cunhado por Eric Ries, para seu programa de corporate venture. Basicamente, a empresa utiliza da melhor maneira possível os recursos escassos e de forma rápida, evitando desperdício de recursos, tempo e dinheiro.

Desde 2011, a cada três semanas, a companhia recebe empreendedores que queiram oferecer produtos ou serviços. Cada equipe tem até dez minutos para resumir sua ideia. Caso os dirigentes gostem da apresentação, um novo encontro é agendado, desta vez sem tempo predeterminado.

Cerca de 800 empresas já foram analisadas. Destas, 64 fecharam algum tipo de parceria com a construtora. Não há interesse em aceleração ou aportes nas startups. Se a oferta é interessante, a Tecnisa compra o produto ou serviço do empreendedor.

Diretor de inovação, Romeo Busarello garante que não há necessidade de os produtos e serviços avaliados estarem ligados à construção. Exemplo disso é o sistema de monitoramento de suas obras por drones, processo que poderia ser aplicado também em outras áreas, como no agronegócio ou em segurança.

O banco Bradesco acompanha o raciocínio de investir em startups que não necessariamente dediquem esforços ao seu setor. Na segunda edição do programa InovaBRA, que teve início em maio, entre as 11 selecionadas, cinco oferecem soluções na área financeira.

Para esta iniciativa, a instituição já registra desembolso de quase R\$ 1 milhão. Em 2015, primeira versão do programa, oito empresas, de 550 inscritas, receberam aporte de R\$ 115 mil em cada uma.

Para participar do InovaBRA, a startup deve ter ao menos um protótipo, e não apenas uma ideia. Em um primeiro momento, as selecionadas apresentarão seus produtos ou serviços na prática. "Testamos em nossa rede de agências ou em outros clientes. Cada uma dessas soluções deve atingir um público específico", explica o gerente de inovação do Bradesco, Fernando Freitas.

São três meses em integração interna, seguida de análise dos resultados e decisão sobre a contratação dos serviços. De acordo com Freitas, além do contrato, essas empresas podem receber aportes em troca de participação, sempre de forma minoritária.

O banco não se limita no mercado nacional. Freitas revela que a instituição acompanha startups no exterior, como aquelas que atuam no Vale do Silício, e há a possibilidade até de obter participação nessas empresas.

PRÓXIMO PASSO

A AES Brasil está próxima de lançar seu programa de corporate venture. Recentemente contratou Ricardo Kahn, que idealizou a primeira aceleradora corporativa do País, a Wyara, da Telefônica, para atuar como gerente de inovação.

"Entrei no começo do ano e meu desafio é bem interessante, pois estou pegando uma empresa que já tem uma reputação em inovação", avalia Kahn. Segundo ele, a distribuidora de energia investe mais de R\$ 100 milhões por ano só em pesquisa e desenvolvimento na área de assistência energética.

Apesar de ainda não divulgar os projetos, Kahn indica que faltam apenas detalhes para os programas serem abertos ao público, provavelmente, nos próximos dois meses. "Estamos fazendo bastante coisa, iniciativas internas e externas, vamos anunciar brevemente". A ideia é trabalhar com startups, investidores e universidades.

"Vamos entregar desafios, dando os meios para ele [empREENDEDOR] se superar a cada momento, porque esse é o bom empreendedor, aquele que supera os grandes desafios", adianta Kahn.

A AES Brasil é uma das participantes do programa de engajamento de grandes corporações com empresas nascentes 100 Open Startups.

Trabalhadores informais chegam a 10 milhões no País

23/08/2016 – Fonte: DCI

Nas ruas mais nobres da zona oeste de São Paulo, toda vez que o semáforo fecha, Gil Nunes se infiltra rapidamente entre os carros parados para vender sacos alvejados - os chamados panos de chão. Desde que perdeu o emprego no setor químico, há dois meses, essa tem sido sua rotina. "Espero voltar ao mercado de trabalho formal. Trabalhar aqui é só uma consequência do desemprego", afirma.

Nunes não está sozinho no novo negócio. Na mesma região em que trabalha quase todos os dias da semana, tem a companhia de um primo e do cunhado de seu irmão. Para cada 100 sacos vendidos, eles embolsam R\$ 80. Por dia, vendem 200 unidades. "É daqui que tiramos o nosso salário para pagar aluguel", diz Nunes.

A proliferação de trabalhadores em semáforos é um dos indicadores de que a crise econômica tem empurrado parte dos brasileiros para a informalidade como alternativa ao desemprego crescente.

Em todo o Brasil, são hoje cerca de 10 milhões de trabalhadores informais, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua compilados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

A quantidade de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada tem crescido nos últimos meses. No início deste ano, eram 9,7 milhões. "São profissionais sem nenhum tipo de contribuição trabalhista e previdenciária", diz Tiago Cabral Barreira, pesquisador do Ibre e responsável pelo levantamento.

Apesar do crescimento recente, esse número já foi maior. No fim de 2012, o contingente de informais chegou a 11,2 milhões de trabalhadores.

Dificuldade

Aos 54 anos, Genaro Angelo trabalha há 27 anos no mesmo semáforo, em Pinheiros. "Vendo bola, raquete, fruta no fim do ano", afirma. "Vendo de tudo."

O último emprego no setor formal foi numa farmácia, no centro de São Paulo. "Desde então, vim para este farol e estou até hoje. A gente passa dificuldade, mas dá para levar a vida."

Os produtos ele compra no centro de São Paulo. Para compensar a viagem do Itaim Paulista, onde mora com a mãe e irmãos, ele precisa vender R\$ 150 por dia. No auge, ele conseguia ganhar entre R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil por mês, mas, com a crise, tira, no máximo, R\$ 1,2 mil por mês. "Só não trabalho aos domingos, segunda-feira e feriados", diz.

Além da revenda, outros optaram por aprender uma atividade "na marra" como alternativa ao desemprego. É o caso da boliviana Ana Jaquirena, de 31 anos. Há três meses, ao ser mandada embora da empresa de bijuterias na qual trabalhava há quatro anos, recorreu a amigos que vendiam seu próprio artesanato com um pedido encarecido: "Me ensinem a fazer alguma coisa", conta.

Em questão de dias, Ana aprendeu a tricotar toucas e a trançar pulseiras e correntes de couro. Hoje, vende seus produtos no viaduto Santa Ifigênia, no centro de São Paulo. "Tem dia que a gente faz R\$ 100 e dia que faz R\$ 10, é imprevisível - mas sempre dá para comer", diz.

No final das contas, o balanço acabou sendo positivo para ela: Ana Jaquirena conta que tem conseguido ganhar com sua barraquinha mais do que na loja, onde ganhava R\$ 1,2 mil por mês.

Expectativa

A tendência é de que o número de trabalhadores informais continue crescendo ao longo dos próximos meses, sobretudo porque o mercado de trabalho não deverá esboçar uma reação este ano. Para o Ibre, a taxa de desocupação deverá encerrar o ano em 12,3% - atualmente a desocupação está em 11,3%.

"A taxa de desemprego deve parar de aumentar somente no segundo trimestre do ano que vem, o que seria uma inflexão em relação à atual trajetória", afirma Barreira, do Ibre. "Uma queda na taxa de desemprego só deve ocorrer no terceiro trimestre de 2017", diz.

"Se as expectativas em relação ao aumento da confiança estiverem corretas, e isso rebater em vendas e consumo, o emprego deve ser um dos próximos indicadores a se recuperar - mas tudo indica que só no ano que vem", afirma o professor Rafael Campelo, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Regras do seguro-desemprego: mudança certa na hora errada?

23/08/2016 – Fonte: Exame



Em maio do ano passado, o Senado aprovou um texto que endurecia as regras para o desempregado ter direito ao seguro-desemprego.

O tempo mínimo de trabalho para solicitar o benefício pela primeira vez passou de 6 para 12 meses; pela segunda vez, o prazo subiu de 6 para 9 meses. O número de parcelas também foi alterado.

"A restrição nas regras veio com o objetivo de tentar evitar um crescimento no montante sacado, por conta da crise, sobretudo da fiscal", explica Sérgio Firpo, professor de economia do Insper.

2015 foi um ano crítico para a economia brasileira: inflação de 10,6%, queda de 3,8% do PIB (pior resultado em 25 anos) e desemprego em 9%.

As contas públicas eram parte do problema, e nesse sentido a mudança das regras teve impacto: no primeiro semestre de 2016 o número de requerentes caiu 6,4% em comparação com o mesmo período de 2015 e o de segurados, 6,1%.

Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) comprovam, ainda, que o número de parcelas pagas caiu 13,4% e o valor desembolsado pelos cofres públicos, 4%.

Mas o corte no seguro também prejudicou os trabalhadores, agora que o desemprego atinge 11,6 milhões de pessoas e saltou 3 pontos percentuais em um ano para 12%, o maior índice desde 2012.

“Seguro-desemprego, apesar de ser só um colírio para os trabalhadores, ainda dava assistência financeira por um determinado tempo, mas agora não se encontra mais oportunidade no mercado e o profissional fica mais desamparado com as novas regras.

Em 2005, por exemplo, o empregado demorava 8 meses para encontrar um novo trabalho em Pernambuco, hoje esse tempo é de 26 meses”, diz Istvan Kasznar, professor da FGV/EBAPE.

Mudança certa em hora errada

Restringir as regras básicas do seguro-desemprego era uma realidade necessária ao país: entre 2003 e 2014, a taxa de desemprego no país caiu de 12,3% para 4,7%.

No mesmo período, o gasto com seguro-desemprego foi de R\$ 6,6 bilhões para mais de R\$ 35 bilhões por ano (cerca de 0,5% do PIB)

Isso sinalizava que a rotatividade dos trabalhadores estava alta demais, pressionando os gastos públicos. Mas a mudança, no entanto, não veio na hora certa.

“A mudança na regra foi tal que deveria ter sido feita durante o período de crescimento econômico. Foi um diagnóstico certo, mas aplicado quando o emprego estava em queda e a rotatividade baixa, deixando a população desprotegida e desamparada”, explica Firpo.

Já para Kasznar, o problema do governo está muito além do seguro-desemprego:

“O Brasil está claramente despreparado para recuperar empregos. Continuamos com uma política de produtividade muito baixa, perdemos indicadores e não estamos investindo em novas áreas de geração de emprego. Por isso mexer isoladamente nas regras do seguro-desemprego é insuficiente”.

O economista sugere rentabilizar o FGTS do trabalhador, treinar melhor os funcionários do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para orientar o desempregado e implementar uma auditoria fiscal aos gestores de fundos e recursos que cuidam do repasse do dinheiro aos trabalhadores.

O ajuste é necessário, mas decisões como aumentar salários dos funcionários públicos e ao mesmo tempo dificultar os benefícios aos desempregados parecem incoerentes em um momento de recessão.

Balança comercial acumula superávit de R\$ 31 bilhões no ano

23/08/2016 – Fonte: Exame



A balança comercial brasileira anotou um superávit de US\$ 541 milhões na terceira semana de agosto, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 22, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Entre os dias 15 e 21 deste mês, as exportações somaram US\$ 3,557 bilhões e as importações totalizaram US\$ 3,016 bilhões.

No acumulado do mês até agora, o saldo é positivo em US\$ 2,862 bilhões, resultado de vendas de US\$ 11,496 bilhões e compras de US\$ 8,634 bilhões.

Com a forte e contínua queda nas importações em 2016, o superávit comercial no ano até a terceira semana de agosto é de US\$ 31,092 bilhões. Desde janeiro, os embarques somam US\$ 118,081 bilhões enquanto o total importado é de US\$ 86,989 bilhões.

A média diária de exportações na terceira semana de agosto foi de US\$ 711,4 milhões, um volume 10,4% menor do que o que vinha sendo registrado na média das duas primeiras semanas do mês (US\$ 793,9 milhões).

De acordo com o MDIC, a variação se deve à queda de 29,6% nas vendas de produtos semimanufaturados (principalmente açúcar em bruto, celulose, ouro em forma semimanufaturada, ferro-ligas, couros e peles); à redução de 8,9% nos embarques de produtos básicos (sobretudo soja em grãos, petróleo em bruto, farelo de soja, carne de frango e bovina, minério de cobre), e à retração de 5,2% nas exportações de manufaturados (com destaque para automóveis de passageiros, aviões, açúcar refinado, polímeros plásticos, máquinas e aparelhos para terraplenagem, óxidos e hidróxidos de alumínio).

Pelo lado das importações, a média diária de compras de bens do exterior ficou em US\$ 603,2 milhões na terceira semana de agosto, o que representa uma alta de 7,4% em relação à média diária nos primeiros 14 dias do mês (US\$ 561,7 milhões).

O MDIC informou que os maiores incrementos ocorreram nos gastos com combustíveis e lubrificantes, equipamentos elétricos e eletrônicos, veículos automóveis, plásticos e obras e farmacêuticos.

Já na comparação com agosto do ano passado, as exportações nas três primeiras semanas do mês apresentam um avanço de 3,9% na média diária. Em manufaturados, há uma alta de 9,7% por conta de açúcar em bruto, ouro em forma semimanufaturada, alumínio em bruto, madeira serrada ou fendida, ferro fundido e ferro-ligas.

Nos manufaturados, o acréscimo é de 7,3%, com destaque para veículos de carga, açúcar refinado, máquinas e aparelhos para terraplenagem, aviões e motores e geradores elétricos.

Por outro lado, há uma pequena queda de 0,3% nas vendas de produtos básicos em relação a agosto de 2015, principalmente em soja em grão, carne bovina e de frango, café em grão, milho em grão.

Nas importações, a média diária de agosto deste ano está 5,5% inferior à registrada no mesmo mês do ano passado. Nessa comparação, caíram principalmente os gastos com produtos siderúrgicos (-33,9%), veículos automóveis e partes (-31,2%), equipamentos mecânicos (-19,8%), instrumentos de ótica e precisão (-6,4%) e plásticos e obras (-5,2%).

Editorial: A indústria e a lição dos erros

23/08/2016 – Fonte: Estado de S. Paulo

Progresso econômico para valer, sem o risco de mais um voo de galinha, só será possível se o governo tiver aprendido as lições da crise – pelo menos em grau suficiente para evitar a repetição dos piores erros cometidos entre 2010 e 2015.

Um dos enganos mais graves foi a política de estímulos fiscais e financeiros a setores e grupos, com enorme desperdício de dinheiro, desastrosa sangria do Tesouro e grave perda de produtividade e competitividade. A economia brasileira será mais segura, se

a primeira reação do presidente Michel Temer, ao ouvir a expressão “política industrial”, for de cautela e até desconfiança.

Entre 2012 e 2015 a produção da indústria brasileira só cresceu em um ano (2013), apesar dos muitos estímulos oficiais e do protecionismo aduaneiro. Para o setor manufatureiro a recessão começou no meio do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, continua neste ano e, por todas as projeções, só será substituída por uma leve reativação em 2017.

As pressões para o governo manter pelo menos em parte os mecanismos de proteção nunca cessaram e tendem a intensificar-se. “Precisamos abrir, mas tem de ser uma abertura gradual”, disse em São Paulo, num evento setorial, o presidente da associação nacional das montadoras de veículos (Anfavea), Antonio Megale.

Ele admitiu a necessidade de uma liberalização do mercado, até por causa de contestações na Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas é preciso, acrescentou, reduzir apenas de forma escalonada o mecanismo de proteção, reforçado em outubro de 2012 pelo programa Inovar Auto.

É preciso, no entanto, ir muito além da eliminação das tarifas comuns do Mercosul. É indispensável enterrar o acordo automotivo com a Argentina, um pacto de mediocridade alterado várias vezes, ainda em vigor e cômodo para os envolvidos, apesar de seus defeitos.

É essencial multiplicar acordos comerciais e ir muito além de pactos automotivos. O terceiro-mundismo dos governos petistas manteve o Brasil fora dos acordos celebrados em todo o mundo, nos últimos 15 anos.

Isso limitou a participação brasileira nas cadeias internacionais de produção e contribuiu para a perda de competitividade. Muitos aceitaram essa política, aparentemente mais atraídos pela acomodação do que temerosos da atrofia.

No ano passado – só para citar um exemplo – as desonerações custaram ao Tesouro Nacional R\$ 103,26 bilhões. Apesar desse e de outros benefícios, a produção industrial foi 8,2% menor que a de 2014.

Nesse ano, as desonerações equivaleram a R\$ 99,42 bilhões, em valores atualizados para dezembro de 2015. Enquanto isso, a produção da indústria foi 3% menor que a de 2013.

Em 2013, havia aumentado parcos 2,1%, depois de uma queda de 2,3% em 2012. Em todos esses anos houve incentivos fiscais ao consumo de vários tipos de produtos – com destaque para automóveis e equipamentos domésticos – e muito crédito.

A conversão da Petrobrás em instrumento de política industrial foi particularmente danosa. A exigência de uma parcela mínima de componentes nacionais no material comprado pela estatal aumentou seus custos e, portanto, diminuiu sua capacidade de investir.

Os estragos foram causados também pelo controle de preços de derivados e, é claro, pela ampla pilhagem realizada à sombra da política petista, como tem mostrado claramente a Operação Lava Jato. Mas a política industrial associada ao petróleo já causaria, sozinha, enormes prejuízos à Petrobrás e à economia nacional.

O apoio financeiro a campeões escolhidos pelo governo já foi em boa parte dissecado. Ineficiente e custoso, esse tipo de ação foi um componente importante da política industrial.

O caminho indicado pelo bom senso e pela experiência é o da chamada política horizontal, com benefícios para todos os setores. Envolve itens como investimentos em infraestrutura, boa política educacional, impostos mais funcionais, eficiência do gasto público e inflação baixa. Tudo isso tem dado certo em dezenas de países. Mas envolve seriedade e competência e reduz o espaço para a malandragem barata.

6 obstáculos que os empresários enfrentam na hora de exportar

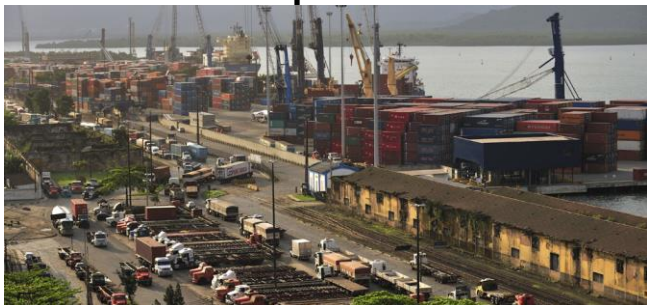
23/08/2016 – Fonte: CNI

Pesquisa da CNI "Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras", em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, mostra os principais entraves à exportação. Custo do transporte atrapalha mais do que juros e câmbio.

O Brasil é uma das dez maiores economias do mundo e possui uma indústria diversificada. Apesar disso, seu percentual de exportações em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) é de apenas 12%, muito longe dos 30% da média dos demais países, segundo dados do Banco Mundial.

No ano passado, o Brasil contribuiu com apenas 1,2% do volume global de exportações de bens, percentual que cai para 0,7% quando se olha para os manufaturados. Confira os fatores que impedem o País de ser maior no comércio internacional.

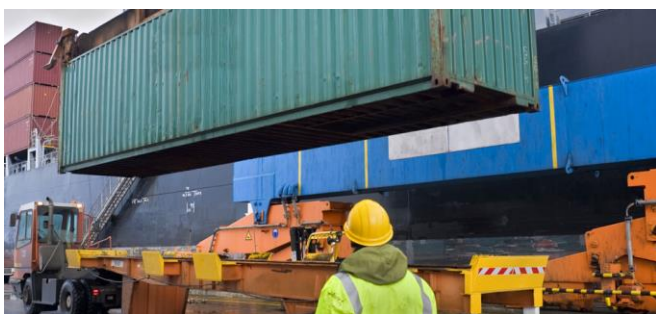
1. Custo do Transporte



Para empresas de todos os portes e de todas as regiões do País, o custo do transporte é o maior desafio às exportações. Este fator apareceu em primeiro lugar na pesquisa que entrevistou 847 exportadores, a frente da taxa de juros e do câmbio. Ficou claro que com a desvalorização cambial, problemas estruturais apareceram como obstáculos que prejudicam as exportações.

Exemplo: Empresa de cosméticos afirma que é 50% mais barato trazer alguns produtos da China do que movimentar a carga dentro do estado de São Paulo.

2. Encargos, Taxas e Tarifas nos Portos e Aeroportos



Encargos, taxas e tarifas cobradas por órgãos envolvidos no comércio exterior, terminais portuários e armadores se tornaram uma "tributação invisível" e são o segundo principal obstáculo às exportações.

Existem mais de 30 diferentes encargos, taxas e tarifas ao longo das diversas etapas da atividade, do licenciamento de produtos ao escaneamento de contêineres, passando inclusive pelo uso dos sistemas eletrônicos do próprio governo, como o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

Exemplo: Exigência de escaneamento de contêineres pelas alfândegas, gerando tarifas adicionais cobradas pelos terminais portuários de R\$200,00, em média, ao exportador.

3. Burocracia Alfandegária e Aduaneira



A burocracia nos órgãos envolvidos no comércio exterior impacta de forma significativa o processo de exportação. Para 61,8% dos exportadores, a Receita Federal do Brasil é o órgão que mais impacta negativamente o comércio exterior.

Em muitos casos, a Receita não é responsável pela burocracia, mas como o procedimento ocorre dentro da alfândega, o exportador tem a percepção de que o órgão é o problema. Também foram citados de forma negativa o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (22,6%) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (18,6%).

Exemplo: Segundo o Doing Business de 2016, do Banco Mundial, o tempo médio e o custo para a obtenção, preparação e apresentação de documentos durante o desembarço aduaneiro e procedimentos de inspeção em São Paulo é de 49 horas. A média de OCDE é de 15 horas.

4. Legislação complexa, pouco efetiva, dispersa e com múltiplas interpretações



A legislação brasileira de comércio exterior é antiga – muitas vezes anterior à Constituição Federal de 1988 –, dispersa em diversos instrumentos e inadequada para as exigências atuais do mercado. Na prática, essas características tornam as normas uma barreira significativa para as empresas que atuam no comércio exterior.

Exemplo: decreto-lei 37 de 1966, em vigor, usa como referência o extinto Cruzeiro. O artigo 128, inciso II, alínea B, por exemplo, diz: “de ofício, na própria decisão ou posteriormente em novo despacho, quando o litígio, de valor superior a Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros), for decidido a favor da parte, total ou parcialmente”.

O parágrafo único acrescenta: “No caso de restituição de tributo, o recurso será interposto para o Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras, impondo-se o de ofício quando o litígio fôr de valor superior a Cr\$5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros)”.

5. Acesso a mercados externos



O Brasil possui uma tímida rede de acordos comerciais, com um potencial de acesso a mercados de apenas 8%. Esse número é bastante inferior ao de vizinhos como Chile (82,8%) e Peru (74,2%), por exemplo.

Os acordos comerciais são essenciais para os bens, serviços e investimentos brasileiros entrarem em outros mercados sem ver sua competitividade minada por barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Exemplo: Na pesquisa, quase um quarto das empresas demonstraram interesse em um acordo com os EUA e 6,1% demonstraram interesse em um acordo com a União Europeia. Também aparecem em destaque os países do Mercosul e da Aliança do Pacífico.

6. Tributação das Exportações



Os entraves relacionados aos tributos nas exportações ficaram em sexto lugar, apesar da elevada carga tributária brasileira. Isso ocorreu porque os tributos incidem fortemente tanto em atividades relacionadas à exportação quanto em atividades econômicas destinadas ao mercado interno.

Exemplo: As empresas indicaram que a carga tributária nas exportações e a dificuldade de ressarcimento de créditos federais (IPI, PIS e COFINS) e estaduais (ICMS) impactam sua competitividade. Elas utilizam mecanismos de redução da carga tributária, principalmente ressarcimento de créditos e Reintegra.

Vale notar, entretanto, que 13,2% das empresas não utiliza nenhum tipo de mecanismo desse tipo, perdendo sua competitividade